



ATA N.º 13 – Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pela 1.ª Secretária da Mesa – Maria José Ferreira dos Santos, na ausência do Sr. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o 2.º Secretário – Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”: -

- 1 – Ata N.º 12 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2015;-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----
- 3 – Informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida no âmbito da lei dos compromissos (Plano e Orçamento 2015);--
- 4 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (*para conhecimento*);-----
- 5 – Mapa de Pessoal e Funções dos Serviços Municipais para 2016; -----
- 6 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2016;-----
- 7 – Contrato-Programa para 2016 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----  
- Aprovação de minuta; -----
- 8 – Aditamentos aos contratos interadministrativos de delegação de competências e acordos de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia -----  
- Aprovação de minutas; -----
- 9 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande/Gestão e Manutenção de Equipamentos -----  
- Aprovação de minuta; -----
- 10 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura -----  
- Aprovação de minuta; -----
- 11 – Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Área Metropolitana do Porto na área da mobilidade e serviço público de transporte de passageiros;-----



- 12 – Dissolução e liquidação da sociedade FEIRAPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA;-----
- 13 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no lugar de Padrão, em São Miguel de Souto; -----
- 14 – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira; -----
- 15 – Procedimento de aquisição de prestação de “Serviços integrados de produção documental – Impressão e envelopagem de faturas” -----  
- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais;-----
- 16 – Procedimento de aquisição de prestação de serviços “Cobrança postal presencial de rendas da habitação social, tarifas de saneamento e resíduos sólidos, e refeições escolares” -----  
- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais;-----
- 17 – Zonas Industriais (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento); -----
- 18 – Comissão Municipal de Proteção Civil-----  
- Nomeação de representante das Juntas de Freguesia. -----

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e por todos os Srs. vereadores do Executivo, nomeadamente os vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos, Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira e Mário António Pinho de Oliveira. -----

-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Sr. Presidente da Assembleia – Amadeu Albergaria – estar presente na sessão, por motivos de saúde, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. Convidou, para esse efeito, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques

---



de Oliveira para completar a Mesa, o qual aceitou o convite e tomou o respetivo lugar na Mesa.-----

Posto isto, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de quatro credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes de Junta das seguintes freguesias:-----

– Argoncilhe (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Ricardo Leite Oliveira;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares;-----

– União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô (PS): delegada a representação no Vogal do Executivo – Ricardo José Gomes dos Santos.-----

Informou, de seguida, que para além do pedido de substituição efetuado pelo Sr. Presidente da Assembleia – Amadeu Albergaria, também os deputados municipais Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD), António Domingues Pereira (PSD), Serafim Manuel Rocha Guimarães (PSD), Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS) e Márcio Santos Correia (PS) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade de estarem presentes – a deputada municipal Adriana Cardoso por motivos pessoais, os membros Domingues Pereira, Serafim Guimarães e Márcio Correia por motivos profissionais, e o membro Eduardo Rocha por ter compromisso anteriormente agendado.-----

Quanto à substituição do membro Amadeu Albergaria, deu nota que a cidadã seguinte na lista do PSD, Juliana Canedo Rocha, informou a Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que o membro Amadeu Albergaria é substituído pelo cidadão seguinte da mesma lista, João Luís Almeida Cunha, que se encontrava presente para o efeito.-----

Em relação à substituição da deputada municipal Adriana Cardoso, informou que a mesma é substituída, nos termos legais, pelo cidadão seguinte na lista do PSD, José Moreira de Jesus Castro, que igualmente se encontrava presente.-----

Sobre a substituição do membro Domingues Pereira, deu nota que os dois cidadãos seguintes



na lista do PSD, Sara Raquel Loureiro dos Santos Rodrigues e Luís Manuel dos Santos Bastos, informaram a Mesa da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que o membro Domingues Pereira é substituído pelo cidadão seguinte da mesma lista, Rui José Mateus Oliveira, que se encontrava presente para o efeito.-----

Quanto à substituição do membro Serafim Guimarães, informou que o mesmo é substituída, nos termos legais, pelo cidadão seguinte na lista do PSD, Sónia Maria dos Santos Pereira, que igualmente se encontrava presente.-----

Sobre o pedido de substituição do membro Eduardo Rocha, informou que os dois cidadãos seguintes da lista do PS, Telmo André dos Santos Gomes e Margarida Arcelina Assunção Alfama, comunicaram à Mesa da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que o membro Eduardo Rocha é substituído pelo cidadão seguinte da mesma lista, Ricardo Daniel Bastos dos Santos, que se encontrava presente para o efeito. -----

Em relação ao pedido de substituição do membro Márcio Correia, informou que o cidadão seguinte da lista do PS, Armando de Sousa e Silva, não se encontrava presente, dizendo que comunicaria a substituição caso o mesmo, entretanto, chegasse – o que não se veio a verificar até ao término da sessão.-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, naquele momento, 50 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo grupo municipal do PSD:*-----

José Manuel Milheiro de Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Justino de Amorim Pinto; João Luís Almeida Cunha; José Moreira de Jesus Castro; Rui José Mateus Oliveira; Sónia Maria dos Santos Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União



das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares;-----

*Pelo grupo municipal do PS:*-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; Ricardo Daniel Bastos dos Santos; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Adriano Manuel Pereira de Freitas; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Ricardo José Gomes dos Santos;-----

*Pela CDU:* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Pelo BE:* Moisés Salvador Coelho Ferreira;-----

*Pelo CDS-PP:* Válter José Mendes de Amorim;-----

*Independente:* Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver.-----

-----  
*Entraram, no decorrer da sessão:* Bernardino Manuel Martins do Couto (PSD), Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD) e Joana Vasconcelos Teixeira Coelho – em representação do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD).-----

*Faltou à sessão, sem ter sido substituído:* Márcio Santos Correia (PS).-----

-----  
Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----



É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 26 de setembro de 2015: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo o teor de uma moção intitulada “Tornar Santa Maria da Feira um Município de Acolhimento de Refugiados”, e de uma recomendação subordinada ao assunto “Rotunda no Picoto”, aprovadas por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2015; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da recomendação aprovada por esta Assembleia, na sua sessão de 26 de setembro de 2015, subordinada ao assunto “Rotunda no Picoto”, às seguintes entidades: -----
  - O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações,-----
  - Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal;-----
- E-mail ao membro Moisés Ferreira, remetendo caderno de encargos do concurso relativo às refeições escolares, no seguimento do pedido efetuado pelo mesmo no decorrer da sessão ordinária de 26 de setembro de 2015; -----
- E-mail do membro Justino Pinto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação de sua falta à sessão ordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 26 de setembro de 2015;-----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 7 de setembro de 2015;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe José Tavares, remetendo, no seguimento do e-mail daquele munícipe de 05/08/2015 onde solicita a redução do IMI, cópia da minuta da ata da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 26/09/2015, na parte respeitante ao ponto n.º 6 da Ordem do Dia – “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI a cobrar no ano de 2016”, onde consta a deliberação tomada no âmbito do assunto;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe César Manuel Monteiro Sousa, remetendo, no seguimento do requerimento (registado sob o n.º 12429, de 24/08/2015) daquele munícipe sobre a redução do IMI, cópia da minuta da ata da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 26/09/2015, na parte respeitante ao ponto n.º 6 da Ordem do Dia – “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI a cobrar no ano de 2016”,



- onde consta a deliberação tomada no âmbito do assunto; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à munícipe Teresa Cristina da Costa Pais, remetendo, no seguimento da petição (datada de 26/08/2015) daquela munícipe intitulada “Por um IMI mais justo para as famílias numerosas”, cópia da minuta da ata da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 26/09/2015, na parte respeitante ao ponto n.º 6 da Ordem do Dia – “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI a cobrar no ano de 2016”, onde consta a deliberação tomada no âmbito do assunto; -----
  - Circular n.º 90/2015-PB da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinada ao assunto “Semana Europeia da Democracia Local 2015. Trigésimo Aniversário da Carta Europeia de Autonomia Local”;
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de setembro e 5 de outubro de 2015; -----
  - E-mail do membro Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Águas pluviais em Rio Meão”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Águas pluviais em Rio Meão”; -----
  - E-mail da deputada municipal Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, do assunto “Zonas Industriais”; -----
  - Ofício da Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral do Município de Santa Maria da Feira; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos e para os efeitos previstos na Lei, as Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2016, aprovadas pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária de 29/10/2015; -----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara
-



- Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de outubro de 2015;-----
- Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e família, para assistir ao Concerto de Encerramento das Comemorações do 30.º Aniversário da Elevação de Santa Maria de Lamas a Vila, dado pela Banda da Armada Portuguesa – que teve lugar no dia 14 de novembro de 2015;-----
  - Convite do Executivo da Câmara Municipal da Trofa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Cerimónia de Inauguração da Requalificação dos Parques Nossa Senhora das Dores e Dr. Lima Carneiro – que teve lugar no dia 19 de novembro de 2015;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de novembro de 2015, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de novembro de 2015, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de outubro e 2 de novembro de 2015;-----
  - E-mail do membro Serafim Guimarães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por estar, neste dia, presente no Congresso Nacional de Medicina, para receber a Medalha de Mérito da Ordem dos Médicos que lhe foi atribuída, solicitando a sua substituição na sessão;-----
  - E-mail do membro Eduardo Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por ter compromisso anteriormente agendado, requerendo a relevação da sua falta bem como a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
  - E-mail do membro Márcio Correia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos de índole profissional, requerendo a sua





- substituição na sessão, nos termos legais;-----
- E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo três requerimentos subordinados aos assuntos “Ausência de Tarifa Social nas Piscinas Municipais”, “Dissolução e Liquidação da Sociedade FeiraPark – Parque de Ciência e Tecnologia” e “Família vive sem o mínimo de condições em Paços de Brandão”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, três requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, subordinados aos assuntos “Ausência de Tarifa Social nas Piscinas Municipais”, “Dissolução e Liquidação da Sociedade FeiraPark – Parque de Ciência e Tecnologia” e “Família vive sem o mínimo de condições em Paços de Brandão”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de novembro de 2015;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 23 de novembro de 2015;-----
  - E-mail do membro Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Câmara está há mais de quatro anos para reservar um lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Câmara está há mais de quatro anos para reservar um lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida”;-----
  - E-mail do membro António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos profissionais, solicitando a relevação da sua falta bem como a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
  - E-mail do membro Adriana Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
-



*[Handwritten signature]*

informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos regimentais;-----

- E-mail de Telmo Gomes (cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- E-mail da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Manuela Teixeira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, delegando a sua representação no Vogal daquele Executivo – Ricardo José Gomes dos Santos;-----
- E-mail de Margarida Arcelina Alfama (cidadã seguinte ao Telmo Gomes na lista eleitoral do Partido Socialista), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- Convite da Associação de Pais do Chão do Rio – Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o jantar de Natal a realizar por aquela Associação no próximo dia 5 de dezembro de 2015;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Dissolução e liquidação da sociedade FeiraPark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/11/2015;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos de saúde, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- E-mail de Juliana Canedo Rocha (da lista eleitoral do PSD), à Mesa da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia



- Municipal de 27 de novembro de 2015, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
- E-mail de Luís Manuel dos Santos Bastos (da lista eleitoral do PSD), à Mesa da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
  - E-mail de Sara Raquel Loureiro dos Santos Rodrigues (da lista eleitoral do PSD), à Mesa da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, por motivos de falecimento de familiar, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
  - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Coimbra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015, delegando a sua representação no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Filipe Moreira, através de requerimento sobre o assunto “Águas pluviais em Rio Meão” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/11/2015; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Cratera na Rua Chão de Água, Mozelos” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/11/2015; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Câmara está há mais de quatro anos para reservar um lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/11/2015; -----
  - Diversos jornais e revistas.”-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Sr.<sup>a</sup> *Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota



da existência de três documentos apresentados pela CDU e dois documentos apresentados pelo Bloco de Esquerda – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos referidos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“VOTO DE PESAR E DE CONDENAÇÃO -----

No presente mês de novembro a barbárie personificada em atos terroristas contra a humanidade tem-se feito sentir com especial magnitude em África, Médio-Oriente e Europa. Com os acontecimentos ocorridos no último continente referido, especialmente em França, os média voltaram a despertar e juntamente com estes, a opinião pública europeia.-----

Importa salientar que o terrorismo, quaisquer que sejam as suas causas e objetivos proclamados, serve sempre os interesses mais reacionários. A resposta ao terrorismo passa necessariamente pelo combate às suas mais profundas causas – políticas, económicas e sociais – e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da democracia, da soberania e independência dos Estados.-----

Estes crimes hediondos contra a Humanidade colocam a premência de uma política de desanuviamento e de paz nas relações internacionais e do respeito do direito internacional, que ponha fim às ingerências e agressões contra Estados soberanos, nomeadamente na região do Médio-Oriente.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira condena veementemente os atentados ocorridos em Beirute, Paris, Bamako e no Egipto contra o avião russo que vitimou mais de uma centena de civis e manifesta às vítimas e seus familiares a sua consternação e sentimentos de pesar e expressa estes votos através das suas embaixadas em Portugal.”-----

-----  
“SAUDAÇÃO -----

70 ANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA CARTA QUE A INSTITUIU -----



Comemorou-se, no passado dia 24 de outubro, o 70.º aniversário da entrada em vigor da Carta das Nações Unidas (ONU). Esta organização, que Portugal integra, é um organismo surgido no pós II Guerra Mundial e foi concebido para trabalhar em prol dos mais elevados ideais e valores da Comunidade Internacional. -----

Passados 70 anos, alguns dos principais problemas que ameaçam a paz e a segurança mundial continuam sem solução e o surgimento de novos conflitos armados no interior de Estados ou entre Estados, vêm revelar uma menor eficácia de alguns dos mecanismos diplomáticos. -----

Uma das consequências mais gravosas da guerra é o aumento dos movimentos migratórios de Refugiados, sendo de salientar e de louvar o trabalho que a ONU, em estreita colaboração com os Estados e demais instituições internacionais que têm sido desenvolvidos nesta matéria, em especial, pelo seu Alto Comissariado para os Refugiados. -----

Sendo imperativo que a ONU mantenha o estatuto de defensor da paz e de equilíbrio entre os povos de todo o mundo, na cerimónia comemorativa dos 70 anos de vida da Organização das Nações Unidas, o Secretário-Geral da ONU veio, mais uma vez, apelar à necessidade de se "criar um mundo mais inclusivo", em que se partilhem valores e responsabilidades. -----

Reconhecendo o papel desenvolvido pela ONU, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera, na sequência da presente proposta da CDU - Coligação Democrática Unitária, saudar a Carta que instituiu a Organização das Nações Unidas, assinalando os 70 anos da criação da ONU, deliberando ainda enviar a presente saudação ao Centro Regional de Informação das Nações Unidas." -----

-----  
"PROPOSTA -----

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA – 40.º ANIVERSÁRIO -----

Considerando que: -----

- a) No próximo ano de 2016, a Constituição da República Portuguesa comemorará o seu 40.º aniversário, tendo sido aprovada pela Constituinte em 2 de abril de 1976 e tendo entrado em vigor a 25 de abril do mesmo ano;-----
  - b) A Constituição afigura-se como a lei suprema do País. Consagra em si os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais porque se rege o Estado e as grande orientações políticas a que os seus órgãos devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político;-----
-



c) Apesar das diversas revisões a que esteve sujeita, a Constituição da República Portuguesa mantém vivo o espírito de Abril, da democracia, da liberdade e da justiça social. Tratando-se das maiores conquistas do Povo português alcançada graças à revolução do 25 de Abril; -----  
O grupo municipal da CDU - Coligação Democrática Unitária eleito na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira propõe que a Assembleia Municipal delibere a comemoração do 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa com atividades de cariz educativo a serem integradas no plano cultural do município.” -----  
-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO -----

TARIFÁRIOS SOCIAIS NAS PISCINAS MUNICIPAIS -----

As piscinas municipais são alguns dos equipamentos que estão sob exploração da empresa Feira Viva. Coincidência ou não, nestes equipamentos praticam-se tarifários francamente elevados, não existindo qualquer tipo de tarifa reduzida ou tarifa social. -----

O Bloco de Esquerda teve conhecimento da seguinte situação: um munícipe residente em Arrifana a quem foi prescrito, por conselho médico, a prática de natação, deslocou-se às piscinas municipais de S. João da Madeira. Nestas havia um tarifário social para prática de natação por prescrição médica, no entanto, este munícipe não pôde inscrever-se aqui por ser habitante no concelho de Santa Maria da Feira. Deslocou-se então às piscinas de Santa Maria da Feira onde constatou que nestas, ao contrário do que acontecia em S. João da Madeira, não havia qualquer tipo de tarifa social ou tarifa reduzida, mesmo para casos em que a natação é uma prática prescrita pelo médico. -----

Não se pode compreender nem aceitar a ausência de tarifas reduzidas nas piscinas municipais do concelho de Santa Maria da Feira. No caso que aqui relatamos, a inexistência de um tarifário reduzido ou social pode mesmo colocar em causa o acesso a um tratamento médico. Ou seja, o município torna-se, ele próprio, um obstáculo ao livre acesso à saúde. -----

Tendo em conta que estamos a falar de equipamentos municipais que é património do município, e tendo em conta que a gestão feita pela Feira Viva está a dificultar o acesso livre e universal aos mesmos, o Bloco de Esquerda considera que a Câmara Municipal deve exigir a aplicação de tarifário social e tarifário reduzido. Estes tarifários seriam aplicados a pessoas



com baixos rendimentos e a pessoas a quem a natação é um tratamento prescrito pelo médico. A Câmara Municipal não pode permitir que no concelho de Santa Maria da Feira se criem obstáculos inexplicáveis à prática da natação ou de outras atividades, principalmente quando estas são recomendadas como terapêutica. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de novembro de 2015, recomenda a Câmara Municipal: -----

1. A aplicar tarifários sociais nas piscinas municipais de Santa Maria da Feira; -----
2. Que esses tarifários permitam a universalidade de acesso a todas as pessoas, independentemente do seu rendimento; -----
3. Que haja um tarifário muito reduzido - ou mesmo gratuito - para pessoas com prescrição médica.” -----

Sobre esta recomendação, o membro *Moisés Ferreira* pediu autorização à Mesa para alterar o texto do ponto n.º 3 da mesma, em relação ao teor que havia sido previamente distribuído aos deputados municipais, acrescentando-se “tendo em conta os seus rendimentos”, passando este ponto a ter a seguinte redação: -----

“3. Que haja um tarifário muito reduzido - ou mesmo gratuito - para pessoas com prescrição médica, tendo em conta os seus rendimentos.” -----

-----  
“MOÇÃO -----

25 DE NOVEMBRO – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES -----

Na passada quarta-feira celebrou-se novamente o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Este dia foi instituído pelas Nações Unidas e aponta para um problema de enormes dimensões na nossa sociedade. -----

Não podemos deixar de manifestar toda a nossa preocupação quando vemos que a violência contra as mulheres continua a ser uma prática corrente e que os homicídios por violência doméstica têm aumentado de ano para ano. -----

Considerando que, -----

A violência doméstica é a maior causa de morte por homicídio em Portugal, sendo que o número de mulheres assassinadas por violência doméstica tem aumentado ano após ano; -----  
85% das vítimas de violência doméstica em Portugal são mulheres e que, só este ano, cerca de

---



40 mulheres morreram por violência doméstica e que infelizmente estes números já ultrapassam as médias registadas em 2013 e 2014; -----

Muitos destes crimes ocorrem na sequência de denúncias sobre agressões anteriores, demonstrando uma fragilidade inaceitável no sistema de proteção das vítimas, com consequências trágicas. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 27 de novembro de 2015, delibera: -----

1. Condenar todas as formas de violência contra as mulheres, seja ela exercida através da violência doméstica, da violência sexual, da violação, do assédio sexual, do assédio moral, do tráfico de mulheres, dos chamados “crimes de honra”, dos casamentos forçados, da mutilação genital feminina ou do femicídio; -----

2. Constituir um grupo de trabalho com a participação de todos os partidos representados na Assembleia Municipal, e que tenha como mandato a preparação de diversas iniciativas no concelho de Santa Maria da Feira que sensibilize a população contra todas as formas de violência contra as mulheres.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por aludir ao voto de pesar e de condenação apresentado pela CDU para dizer que o grupo municipal do PS só pode estar contra os atentados terroristas ocorridos em Beirute, Paris, Bamako e no Egito, que mataram pessoas inocentes de uma forma completamente incompreensível e despropositada, pelo que iria votar favoravelmente esse voto. -----

Sobre a saudação dos 70 anos da ONU e da carta que a instituiu, referiu que tendo a ONU como missão defender a paz e o equilíbrio entre os povos de todo o mundo, e sendo o grupo municipal do PS a favor da paz, então só poderia ser favorável à saudação aos 70 anos da ONU e da carta que a instituiu. -----

Em relação à proposta da CDU sobre a Constituição da República Portuguesa, no sentido de ser constituído um grupo de trabalho para promover atividades de cariz educativo, de forma a educar, elucidar, esclarecer e informar os jovens para a Constituição da República Portuguesa, como lei fundamental, disse entender a proposta como sendo conveniente. Referiu que no sistema de ensino não está suficientemente acautelado o conhecimento do que são as bases do sistema democrático, ressaltando que a maioria dos jovens desconhecem como é que funciona

---





o sistema democrático em Portugal e desconhecem o conteúdo da Constituição, pelo que o grupo municipal do PS só pode concordar com a proposta porque ela pode representar um passo importante para elucidar os jovens e torná-los mais conscientes da sua lei fundamental. - Relativamente à recomendação do BE sobre tarifários sociais nas piscinas municipais, disse que o grupo municipal do PS também concorda que haja tarifários sociais, pautados por critérios que tenham em conta as necessidades das pessoas e os seus rendimentos, de forma a não impedir que tais pessoas tenham acesso à natação, nomeadamente para efeitos de tratamento, pelo facto de não terem possibilidades financeiras. -----

Quanto à moção sobre o 25 de Novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, disse que, enquanto mulher e enquanto pessoa, anseia o dia em que não haja necessidade de comemorar este dia porque isso significaria que não há violência. -----

Salientou que quando existe a necessidade de comemorar estes dias é porque há muitas mulheres e muitos homens que morrem pelas mãos dos seus parceiros, sublinhando que isso é dramático e continua, lamentavelmente, a ser uma realidade, daí ser necessário continuar a lembrar para essa luta. -----

Referiu que em Portugal, neste ano, já morreram 27 mulheres assassinadas às mãos dos seus companheiros, representando uma média de quase 3 por mês, pelo que é preciso continuar a lembrar para essa realidade dramática e para a necessidade de mudar comportamentos para que a sociedade seja mais humana e mais respeitadora das pessoas que a compõe, ressaltando que, por isso, o grupo municipal do PS só pode ser favorável a essa moção. -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer, em relação ao voto de pesar e de condenação apresentado pela CDU, que o CDS-PP é totalmente a favor porque considera que tudo aquilo que possa atentar contra a dignidade humana e contra a pessoa humana deve merecer condenação, não só os atentados bárbaros ocorridos em França como aqueles que, nos vários territórios do mundo, continuam a persistir. -----

Sobre a saudação em relação à ONU, disse que o CDS-PP também é a favor dessa iniciativa, sublinhando que a ONU é uma organização que preconiza a paz, que tenta fazer com que as civilizações existam como uma só e que partilhem tudo o que é relevante entre elas, como o humanismo e a existência como iguais. -----

Quanto à Constituição da República Portuguesa, referiu que o CDS-PP considera, antes de

---



mais, tratar-se de um documento que deve ser respeitado, que deve ser a garantia daquilo que é a consciência do povo português, independentemente de considerar que algumas melhorias poderiam ser entroncadas nesse documento. Frisou que a Constituição, per si, é extremamente importante e relevante para todos, pelo que o CDS-PP considera que é de salutar todas as iniciativas que possam fomentar, junto dos jovens, uma consciência de que a Constituição tem importância e é vital para o dia a dia das pessoas e da comunidade, daí votar favoravelmente a proposta. -----

Em relação à recomendação sobre os tarifários sociais nas piscinas municipais referiu que, com a alteração ao teor do ponto 3 proposta pelo proponente, o CDS-PP também a vota a favor. Disse ser uma brecha que as pessoas com menores condições financeiras tenham dificuldades em aceder àquilo que é um bem público, quando encaminhadas através de uma prescrição médica, ressaltando que esse tarifário social não seria transversal a todos, mas sim aplicado em função dos rendimentos de cada um. -----

Quanto à moção relativa ao 25 de Novembro, disse que o 25 de Novembro tem muita coisa para se festejar e que tinha a expectativa que outros assuntos fossem tratados na moção, salientando contudo que aquilo que é trazido pelo BE é muito significativo. Referiu que diariamente, devido à sua prática profissional, é confrontado com muitas situações de violência contra as mulheres, dizendo que a mulher ainda é, muitas vezes, vista como um ser diferente do homem, pelo que o CDS-PP é favorável à moção e a tudo aquilo que possa fomentar a consciência das pessoas, em particular dos jovens e das crianças que formarão a sociedade do amanhã, no sentido de não ver a mulher como um mero objeto mas sim como algo relevante e importante para a sociedade, como igual, como algo que tem uma influência vital e fundamental nas famílias, na comunidade e na sociedade. -----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que, aludindo à recomendação a propósito dos tarifários sociais nas piscinas municipais, disse que toda a gente deve ter acesso aos bens públicos independentemente dos rendimentos, que subscreve isso por inteiro, mas que gerir as coisas é um bocadinho diferente da aplicação dessa afirmação. -----

Disse ter tido a oportunidade de falar com um médico sobre a questão da prescrição, e que o mesmo lhe dissera que prescrevia a toda a gente a natação por ser uma prática que é boa para toda a gente, independentemente de a pessoa estar, ou não, doente. -----



Referiu que as piscinas municipais já têm uma tarifa social porque os preços cobrados nem sequer pagam os respetivos custos operacionais, comentando que as piscinas dão prejuízo e que as tarifas já são, por si, sociais, e que por isso o grupo municipal do PSD vota contra essa recomendação.-----

Em relação à moção sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, começou por dizer que o grupo municipal do PSD é contra todo o tipo de violência, seja contra o homem, mulher, criança ou idoso. Salientou, contudo, ser contra a constituição de mais grupos de trabalho, ressaltando conhecer algumas das ações levadas a cabo, nessa área, pela Associação Rosto Solidário e pelo serviço municipal Espaço Trevo, com profissionais qualificados, sublinhando ser da opinião que os políticos não devem estar a meter-se no bom trabalho que esses profissionais estão a realizar no concelho de Santa Maria da Feira, dando nota do voto contra do grupo municipal do PSD em relação a essa moção.-----

Sobre o voto de pesar e de condenação fez sobressair que, sendo o grupo municipal do PSD contra todo o tipo de violência, naturalmente que condena todos os atos de terrorismo, pelo que votava favoravelmente esse voto, tal como votava favoravelmente a saudação pelo 70.º aniversário da entrada em vigor da Carta que instituiu a ONU.-----

Referiu que o grupo municipal do PSD também é favorável à proposta apresentada em relação ao 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, e que gostava que nas atividades a ser levadas a cabo junto dos jovens do Concelho fosse lembrado que foi o golpe do 25 de Novembro de 1975 que possibilitou o processo constitucional em curso.-----

O membro José Leão, citando o site da internet Wikipédia, disse que o golpe de 25 de Novembro de 1975 foi uma tentativa de golpe militar por parte das forças associadas às forças políticas radicais, cuja derrota resultou no fim da influência que estas exerciam sobre o país, e permitiu que se instaurasse em Portugal uma democracia pluralista, de estilo ocidental.-----

Realçou que nesse mesmo site se diz que após o Verão Quente de disputa entre as forças revolucionárias e forças moderadas pela ocupação do poder do Conselho da Revolução, civis e militares começaram a contar espingardas para um possível confronto armado e que este, tantas vezes anunciado, pareceu por fim inevitável quando, na madrugada de 25 de Novembro de 1975, tropas paraquedistas ocuparam diversas bases aéreas, na expectativa de receber apoio do COPCON mas que um grupo operacional de militares, chefiado por Ramalho Eanes, opôs-se-lhes eficazmente, liquidando a revolta, substituindo o PREC –



Processo Revolucionário em Curso, pelo Processo Constitucional em Curso. -----  
Concluindo a sua intervenção, o membro José Leão fez sobressair que a Constituição surgiu graças a esse 25 de Novembro e que, nessa medida, acha muito bem que se dê a conhecer aos jovens a Constituição da República Portuguesa bem como se dê a saber que se não fosse o 25 de Novembro ainda permaneceria a ditadura, comentando que, se calhar, essa ditadura ainda seria aplaudida por alguns dos presentes, apesar de lamentada pela maioria.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, a propósito da moção sobre a violência contra as Mulheres, que talvez fosse intenção do proponente da mesma fazer alusão contra todo o tipo de violência doméstica, seja mulheres, homens, idosos ou crianças, e não somente contra as mulheres.-----

Disse, em relação ao ponto n.º 2 da moção, entender desnecessária a constituição de um grupo de trabalho uma vez que já existe, desde 2006, o Espaço Trevo, que engloba um gabinete de apoio a vítimas de violência doméstica e cujo trabalho é dinamizado numa coordenação conjunta com a 2.ª Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal. -----

Sublinhou que o Espaço Trevo presta apoio psicológico e psicossocial, apoio informacional, consulta de âmbito jurídico, e que intervém não só junto das vítimas como, também, com os agressores, dado entender-se que a atuação junto dos agressores é, muitas vezes, uma boa forma de prevenção. -----

Informou que a equipa técnica do Espaço Trevo é constituída por dois Psicólogos, um técnico de Direito, sendo coordenado por uma Psicóloga do Município de Santa Maria da Feira, dando ainda nota que, até 2014, foram apoiados 970 casos, entre os quais 676 a vítimas e 125 a agressores.-----

Salientou que o Espaço Trevo tem desenvolvido bastantes esforços em matéria de prevenção, com ações de vertente preventiva e de sensibilização, designadamente através da metodologia do Teatro-Fórum e prevenção em contexto escolar, bem como através de campanhas como “Meto a Colher”, “As Pessoas Não São Objetos” e “Arraial do Amor”, sublinhando que esses projetos mereceram o reconhecimento da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. - Ressaltou que o Espaço Trevo tem vários parceiros, como a Ser + Pessoa – Associação dos Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, Casa do Povo, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Instituto da Segurança Social, Direção Geral de Reinserção e Serviços

---



Prisionais, Serviços de Saúde, GNR, PSP e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse ser da opinião que está a ser feito um bom trabalho profissional e que a constituição de uma comissão, apesar da boa vontade que certamente teria, não iria acrescentar e poderia, até, perturbar um trabalho que se quer profissional e, muitas vezes, feito com discrição. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse querer tecer algumas considerações em relação aos documentos apresentados pela CDU. -----

A propósito do voto de pesar e de condenação contra os vários atentados terroristas que aconteceram nos últimos dias e semanas, disse que obviamente o BE associa-se à condenação desses atentados e dessa violência exercida. Salientou, contudo, que o BE é do entendimento que a melhor forma de responder à violência não é com mais violência, frisando que os terroristas ganharão quando se ceder à chantagem e ao medo que eles querem que aconteça, e quando se ceder recorrendo-se ao uso de mais violência. -----

Referiu que é muito importante que se faça todo o tipo de pressão possível, ao nível municipal, nacional e internacional, para combater este tipo de violência de outra forma, nomeadamente com a proibição da venda de armas, com limitação e controlo de capitais para limitar o financiamento a esses grupos terroristas, com a proibição da compra de petróleo que, na verdade, é roubado aos territórios ocupados pelo DAESH, ressaltando ser esse tipo de pressão que deve ser feita, e não o uso de mais violência. -----

Disse que o BE acompanha, também, a proposta da CDU em relação à Constituição, salientando que a Constituição representa uma rotura com um velho sistema que não se quer que volte e é o garante de uma série de direitos das mulheres e dos homens portugueses. Referiu que a importância da sua aplicação ficou demonstrada nos últimos 4 anos, dizendo que no momento em que o PSD e o CDS-PP queriam aprofundar o ataque sobre o trabalho, sobre as pensões, sobre os direitos, foi a Constituição, no limite, que protegeu os trabalhadores portugueses, comentando que todos os orçamentos apresentados pelo governo PSD/CDS-PP foram considerados inconstitucionais e que só não houve mais perdas de direitos exatamente porque a Constituição existe, pelo que a mesma deve ser celebrada e reforçada. -----



Em relação às réplicas feitas aos documentos apresentados pelo BE, disse, aludindo à recomendação para a aplicação de tarifários sociais nas piscinas municipais, que é importante que existam tarifários sociais e que os mesmos já deveriam existir para as piscinas municipais. Referiu que dizer-se que há uma tarifa social porque a piscina dá prejuízo é não compreender o que é uma tarifa social, ressaltando que, seguindo-se esse raciocínio, poder-se-ia dizer que se a Viagem Medieval der prejuízo então que os 4 euros que se paga de entrada é uma tarifa social, ou dizer que a FeiraPark, que deu prejuízo durante 6 anos, era uma tarifa social para a incubação de empresas. -----

Sublinhou não ser critério nenhum dizer que o equipamento dá prejuízo e que, portanto, mesmo que seja cobrada uma exorbitância, trata-se de uma tarifa social, fazendo sobressair que uma tarifa social é uma tarifa que garante que toda a gente, independentemente dos seus rendimentos, tenha acesso a um determinado equipamento, ressaltando ser isso que o BE propõe para as piscinas municipais, e nada mais do que isso. -----

Em relação à questão da violência doméstica, disse que o BE não pretende a substituição do que é feito pelo Espaço Trevo, ou usurpar funções ou criticar aquilo que está a ser feito no Concelho. Realçou que a moção ia, até, ao encontro daquilo que foi o programa do PSD para a Assembleia Municipal nas últimas eleições autárquicas, recordando que ouviu o cabeça de lista do PSD dizer que tinha como programa abrir a Assembleia Municipal à comunidade, fazer uma série de eventos junto da comunidade, frisando, portanto, que a moção em questão representa uma oportunidade para a Assembleia Municipal fazer uma série de eventos de sensibilização junto da comunidade. -----

Recordou que foi criado, em 2014, um grupo de trabalho do qual fazia parte o Sr. vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, para trabalhar na preparação das celebrações dos 40 anos do 25 de Abril, em que todos os partidos combinaram atividades para celebrar essa data. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira fez sobressair que o BE propõe a criação, não de uma comissão, mas sim de um grupo de trabalho onde todos os partidos participariam na preparação de um plano de atividades para celebrar um objetivo que é a erradicação da violência na sociedade. -----

-----  
Posto isto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* chamou a atenção de que, em



*[Handwritten signatures and initials]*

relação à recomendação do Bloco de Esquerda sobre a questão dos tarifários sociais, a Mesa aceita a alteração ao teor do ponto n.º 3 da mesma, nos moldes propostos pelo proponente da mesma, Moisés Ferreira, pelo que esse ponto passa a ter a seguinte redação: -----

“3. Que haja um tarifário muito reduzido – ou mesmo gratuito – para pessoas com prescrição médica, tendo em conta os seus rendimentos.” -----

Seguidamente, passou a submeter a votação os documentos em questão, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Voto de pesar e de condenação apresentado pelo membro Filipe Moreira (CDU):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Saudação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “70 anos da Organização das Nações Unidas e da Carta que a instituiu”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Proposta apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Constituição da República Portuguesa – 40.º aniversário”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Tarifários Sociais nas Piscinas Municipais”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da recomendação (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP) e 29 votos contra (PSD: 28, Ind.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “25 de Novembro – Dia*



*Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres*”:-----  
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor da moção (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP, Ind.) e 28 votos contra (PSD), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----  
“Votei favoravelmente a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda porque, em primeiro lugar, é preciso ter em conta que as piscinas municipais de Santa Maria da Feira não praticam um tarifário assim tão atrativo quanto isso. Existem, inclusive, instituições privadas que têm tarifários mais baixos do que as piscinas municipais.-----  
Em segundo lugar é preciso também ter em linha de conta que as piscinas municipais beneficiam de grandes economias de escala, portanto, têm todo o incentivo em ter cada vez mais utilizadores a frequentar as suas instalações.-----  
Um termo económico que se poderia utilizar era o custo marginal. O custo marginal de qualquer utilizador utilizar as piscinas municipais é muito reduzido. Portanto, mesmo perante uma tarifa de um euro, um euro e meio, a Feira Viva sai, certamente, a ganhar.-----  
Depois, Sr. deputado José Manuel Leão, desculpe lá, se o seu colega ou amigo médico diz que isto é muito importante para toda a gente, mais uma razão temos para defender uma redução do tarifário tendo em conta o nível de rendimentos de todos os contribuintes.-----  
Como sabem, nós estamos cá para apoiar os nossos concidadãos feirenses.”-----

De seguida, a **Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício**, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer colocar alguma questão à Câmara fora do âmbito dos documentos anteriormente discutidos. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro **Válter Amorim**.-----

Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) para colocar à Câmara uma questão sobre o Pavilhão Desportivo de Mozelos. Referiu que, perante a rescisão do contrato e pelo que foi tornado público, a assunção das responsabilidades foi tomada pela Câmara Municipal, pelo que questionava para quando a abertura do concurso público e o que poderia a Câmara





informar acerca do estudo que estava em falta, perguntando se a não abertura do concurso se deve ao facto desse estudo não estar, ainda, terminado.-----

Concluindo questionou se a Câmara tem pensada, em função daquilo que foi o ónus da rescisão do contrato, uma estratégia para, eventualmente, reverter essa situação. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que, aludindo às obras de requalificação das ruas que estão a decorrer no Concelho, disse que não tem havido uma divulgação pública das mesmas, comentando que as rádios, a comunicação social escrita e até as próprias igrejas poderiam ser usadas para informar as pessoas de quais as ruas que vão ser intervencionadas, quais as alternativas e qual o período de intervenção previsível de execução da obra. -----

Disse que tem havido muitas queixas da população uma vez que, para além dos prejuízos que sofreram pelo atraso do início do arranjo das ruas, estão agora a ser confrontadas com falta de informação, com desvios para ruas que não têm capacidade para ser alternativa à altura, e, portanto, mais uma vez estão a ser incomodadas por essa via.-----

Salientou que a Câmara não está a prestar a devida informação aos seus cidadãos, pelo que deixava esse alerta e pedia à Câmara uma alteração comportamental no sentido de que os cidadãos sejam mais considerados.-----

Interveio o membro **Amorim Duarte** (PS) que referiu que, em reunião da Câmara Municipal, foi aprovada a 2.ª fase de pavimentação de arruamentos do Concelho, salientando que essas obras irão começar em março de 2016 e que foram contempladas algumas ruas da freguesia de Argoncilhe, comentando que, apesar de poucas, foram as possíveis.-----

Disse que, pelo que sabe, a 3.ª fase já não contempla ruas de Argoncilhe, pelo que questionava para quando a reparação da Rua Senhora do Campo, que foi priorizada pela Junta de Freguesia na relação que enviou à Câmara, perguntando se essa rua vai ter um tratamento especial dado tratar-se de uma rua que liga três freguesias, dois concelhos e dois distritos.-----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dizer, a propósito do IV Aditamento ao Contrato de Concessão celebrado com a Indaqua Feira, que todos se recordarão do Sr. Presidente da Câmara ter dito nos jornais, em junho passado, que com esse



aditamento deixava-se de pagar as ligações dos ramais, que passariam a ser gratuitas a partir de outubro deste ano de 2015.-----

Nesse âmbito, questionou porque é que a Câmara enviou cartas, nos passados meses de julho e agosto, a munícipes que ainda não tinham feito as ligações, ameaçando-os com multas e assediando-os para as fazerem quando já sabia que, em outubro, esses munícipes poderiam fazer as ligações de forma gratuita. Perguntou se esse proceder não é um ato de má-fé, se não é a Câmara a ser uma espécie de cobrador do fraque da Indaqua Feira, comentando que o BE acredita ter-se tratado de um ato de má-fé dado que a Câmara já sabia, em junho, que a partir de outubro as ligações passariam a ser gratuitas mas, mesmo assim, tentou cobrar à força.-----

Referiu que uma outra questão que queria colocar tem a ver com um requerimento apresentado pelo BE, que foi respondido no dia de hoje, sobre um munícipe que tinha requerido um lugar de estacionamento para deficientes não exclusivo, e que estava há 4 anos à espera. Disse que esse pedido tinha sido diferido mas que, volvidos 4 anos, ainda não tinha sido colocado o respetivo sinal, e que a Câmara respondia a esse munícipe que faltava o sinal e que estava à espera do mesmo.-----

Salientou que o BE fez a denúncia, até de forma pública, e que em cerca de uma semana o problema foi resolvido, questionando se é preciso um partido político fazer denúncias públicas para haver o mínimo de respeito por cidadãos deste Concelho, principalmente por cidadãos que tenham mobilidade reduzida e necessidades especiais. -----

-----  
Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU), dizendo querer colocar duas questões relativas ao centro histórico de Santa Maria da Feira. Referiu que o centro histórico teve, nos últimos anos, um crescimento no que respeita à vida noturna, que é bastante dinâmico desse ponto de vista, mas que o mesmo não se verifica durante o dia. Disse que o centro histórico praticamente não é habitado, que tem havido um afastamento dos feirenses do centro histórico nessa vertente, ressaltando que chegou à CDU queixas de dois cidadãos feirenses relativamente ao estado de conservação de algumas zonas do centro histórico de Santa Maria da Feira. Questionou que intenções tem a Câmara de dinamizar o centro histórico de Santa Maria da Feira, tornando-o mais atrativo para efeitos de habitação. -----

Referiu que a outra questão prende-se com o facto do centro histórico ser extremamente rico no ponto de vista do património arquitetónico, salientando que o BE entende que uma dessas

---



grandes riquezas, o Mercado Municipal, tem sido bastante desvalorizado. -----  
Disse que o Mercado Municipal carece, há vários anos, de intervenção já relativamente profunda, perguntando que intenções tem a Câmara Municipal de, no futuro próximo, intervencionar aquele espaço, tornando-o mais atrativo não só para os comerciantes como, também, para os feirenses em geral.-----

-----  
Seguidamente, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Válder Amorim sobre o pavilhão desportivo de Mozelos, referiu que os serviços técnicos da Câmara estão a ultimar toda a revisão do projeto que, por causa dos problemas ocorridos, teve de ser feita, dizendo esperar que em janeiro ou fevereiro próximo estejam reunidas as condições para se abrir o concurso público.-----

Sobre a questão colocada pela deputada municipal Margarida Gariso relativa à informação que é prestada às pessoas das obras de requalificação das estradas, disse que a Câmara presta a devida informação. Salientou, a esse propósito, haver uma obra que causou algum impacto na circulação, que é a obra na Rua 5 de Outubro, na cidade de Santa Maria da Feira, destacando tratar-se de uma estrada com muito movimento, pelo que as obras tiveram de ser feitas com uma cautela especial para não perturbar em excesso o movimento ali existente. Disse ser da opinião que foi conseguido, de uma maneira razoável, que as obras naquela rua fossem feitas sem perturbar muito o trânsito, ressaltando que, apesar de haver alguns transtornos, o trânsito está a fluir. Fez sobressair que todos os moradores dessa rua foram avisados das respetivas obras e que ele próprio teve a oportunidade de falar com alguns deles, aquando das visitas que efetuou ao local, enquanto decorriam os trabalhos.-----

Sublinhou que as obras de requalificação que estão a decorrer nas diversas freguesias não têm causado, de uma maneira geral, grandes transtornos, ressaltando serem ruas onde o trânsito é facilmente desviado. Frisou que durante as obras há sempre alguns transtornos mas que as obras têm de ser feitas, salientando que a Câmara tinha dito que iria dar início às pavimentações e está a fazê-lo, realçando ainda que as pessoas são, naturalmente, informadas das obras. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Amorim Duarte, disse que as obras de requalificação das ruas já começaram e que todo o plano de intervenção teve a ver com a



consulta que foi feita às juntas de freguesia, que indicaram à Câmara quais as prioridades. Salientou que um primeiro conjunto de prioridades foi adjudicado na 1.<sup>a</sup> fase, que houve um segundo conjunto de prioridades que foram, agora, englobadas na 2.<sup>a</sup> fase, que haverá uma 3.<sup>a</sup> fase mas que ainda não se sabe quais as ruas que serão contempladas, nomeadamente se contemplará algumas ruas de Argoncilhe, tal como é provável que venha a haver uma 4.<sup>a</sup> e uma 5.<sup>a</sup> fase, e aí por diante. -----

Sublinhou que, como já havia dito algumas vezes perante esta Assembleia, a Câmara tem previsto fazer, no presente mandato, um forte investimento na requalificação das estradas, de alguns milhões de euros, dando nota que poderá haver uma ou outra rua que ainda não está em obra porque, por exemplo, poderá ser intenção fazer nela uma intervenção mais de fundo, pelo que essas obras terão de passar por um projeto autónomo. -----

Relativamente à Rua Senhora do Campo, disse ser uma rua que faz fronteira com Vila Nova de Gaia, que faz parte dos planos de intervenção da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, informando que esta Câmara está a trabalhar com a de Vila Nova de Gaia para se avançar com a requalificação dessa rua, sublinhando que Argoncilhe é uma das freguesias que vai ter muitas intervenções porque, de facto, teve uma forte intervenção na rede de água e de saneamento nos últimos anos, daí ter algumas ruas danificadas. -----

Quanto à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira no âmbito do IV Aditamento ao contrato com a Indaqua, frisou que esse aditamento já foi oportunamente discutido por esta Assembleia Municipal, fazendo sobressair que o aditamento só entrou em vigor depois da apreciação do Tribunal de Contas, e que tal aconteceu em outubro, realçando que a Câmara não mandou nenhuma carta, a nenhum munícipe, nem em agosto nem em setembro. -----

Sobre a questão do lugar de estacionamento para um cidadão deficiente disse que, de facto, houve uma falha dos serviços operativos da Câmara uma vez que não foi dado seguimento a uma deliberação tomada pela Câmara no sentido de conceder esse lugar, salientando, contudo, que não iria levantar nenhum processo disciplinar por isso, fazendo sobressair que quando a falha foi detetada o problema foi resolvido. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira sobre o centro histórico, nomeadamente de estar pouco habitado, salientou que, de facto, o centro histórico tem uma dinâmica noturna muito interessante. Disse julgar que o maior inconveniente nem será o ruído que decorre do funcionamento dos bares, mas sim o barulho que acontece após o



encerramento destes que, por vezes, é bastante perturbador, comentando que essa coabitação tem sido feita de modo razoável, embora com uma ou outra queixa que, por vezes, aparece. --- Em termos de reabilitação do construído, disse não haver grandes problemas em termos de habitação degradada no centro histórico, até porque é pequeno, dizendo que estão a ser reformadas algumas casas naquela zona mas que, de uma maneira geral, não existe nenhuma situação que exija cuidados extraordinários, apesar de haver uma ou outra situação que gostaria que estivesse melhor. -----

Quanto ao Mercado Municipal disse haver intenção de intervir, mas que tal intervenção é extremamente delicada porque o Mercado é uma obra classificada, que faz parte das principais revistas de arquitetura, salientando que qualquer intervenção que venha ali a acontecer tem de ser feita com muito cuidado. Referiu que a Câmara Municipal desafiou um grande nome da arquitetura portuguesa para projetar a intervenção, mas que o desafio não foi aceite, pelo que a Câmara continua a tentar conseguir um outro grande nome, acrescentando não poder prometer que essa intervenção ocorrerá em breve. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que a intervenção no Mercado Municipal já consta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e que toda aquela zona está prevista nas Áreas de Reabilitação Urbana, mas que é extremamente delicada, fazendo notar que, ao contrário do que se possa pensar, não é o Castelo o monumento mais visitado de Santa Maria da Feira, mas sim o Mercado Municipal, exatamente pela valia arquitetónica que o mesmo tem. -----

*Entraram os membros Bernardino Couto e Armando Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa.*-----

*Saiu o membro António Topa.*-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

#### **1 – Ata N.º 12 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2015**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem



estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a Ata N.º 12, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2015. -----

## 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

A Sr.<sup>a</sup> *Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em referência, constante do V Relatório de 2015, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, aludindo à listagem de obras e fornecimentos adjudicados entre 1 de setembro e 15 de novembro, que consta do documento, disse aparecer um item referente a consultoria e assessoria no apoio à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), com o valor de 23.900 euros. Referiu que, nos sucessivos documentos, existem sempre algumas rubricas relativas a adjudicações de consultorias e assessorias e que, tudo somado no final do ano, dá um balúrdio de dinheiro para pagar serviços externos. Questionou se a Câmara Municipal precisa mesmo de externalizar tantos serviços, se os quadros que a Câmara tem não são suficientes para fazer o PEDU, para fazer os vários planos estratégicos municipais, e outros, perguntando ainda o porquê da adjudicação da consultoria e assessoria no apoio à elaboração do PEDU, e a que entidade foi adjudicada. -- Ainda a propósito da mesma listagem recordou que, na última sessão da Assembleia, deu nota dos ajustes diretos que estavam, de alguma forma, relacionados com o Europarque, e que a soma dos mesmos, no período decorrido entre o dia 1 junho e 31 de agosto de 2015, rondava os 140 mil euros. -----



Salientou que, na listagem presente nesta sessão, referente ao período de 1 de setembro a 15 de novembro de 2015, são mais três os ajustes diretos referentes ao Europarque, somando cerca de 100 mil euros, o que totaliza uma verba de cerca de 240 mil euros, entre 1 de junho e 15 de novembro de 2015. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, mesmo antes da entrega do Europarque à Câmara, disse que tinha os números sobre a mesa e que o Europarque custaria à Câmara, em despesas, 300 mil euros por ano, e que geraria 750 mil euros de receita anual. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira disse ser perceptível que os 300 mil euros são facilmente concretizáveis porque, em menos de meio ano, foram gastos 240 mil euros, e que a questão que se coloca é se os 750 mil euros de receita serão alcançados. Nesse sentido, questionou se a Câmara já fez o apuramento da receita gerada pelo Europarque, ou se aquele equipamento somente tem acumulado despesa.-----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que a questão da dívida é, para o CDS-PP, bastante relevante e que, nessa medida, apraz-lhe constatar que o rigor que foi desenvolvido, de há 3 anos a esta parte, permitiu diminuir uma quota significativa da dívida, salientando que isso percebe-se da análise das sucessivas informações sobre a Atividade e Situação Financeira do Município. Frisou que os resultados vão melhorando e vão-se tornando cada vez mais estruturados, e que isso permite dizer que o ajuste financeiro que a Câmara precisava está a acontecer, comentando que é muito importante que se perceba que as gerações futuras não teriam grande futuro caso a Câmara Municipal continuasse com os valores que anteriormente apresentava. -----

Realçou que, apesar de ser o mesmo partido a gerir os destinos da Câmara, o atual Executivo percebeu que, independentemente das necessidades imbuídas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e de outras a que o País obriga, tinha de mudar de rumo, tinha de fazer diferente e melhor, ressaltando que aquilo que aconteceu durante décadas foi a tradução de se fazer mal, de não se fazer com rigor, reafirmando que agora percebe-se que as coisas estão diferentes. -----

Sublinhou que a capacidade de endividamento do Município tem sistematicamente aumentado, encontrando-se nos 9,7 milhões de euros, que o prazo de pagamento aos fornecedores está em 17 dias, ou seja, menos 155 dias daquilo que foi definido no PAEL, que



*[Handwritten signature and initials]*

a dívida diminuiu para os 45 milhões de euros, fazendo sobressair que esses indicadores são significativos. Referiu que o Concelho poderá ter viabilidade, a continuar com esta forma de gestão, que poderá ter futuro e que poderão ser supridas as grandes brechas que tem, com maior cabimentação e com maior capacidade financeira.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Válder Amorim referiu que tais dados o levam a questionar o porquê de, anteriormente, não ter sido feito o bom trabalho que agora está a ser levado a cabo, o porquê de não ter havido tal rigor e tal necessidade de responsabilidade e de responsabilização.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que, em nome do grupo municipal do PS, sugeriu a inclusão de duas colunas na listagem de obras e fornecimentos adjudicados que consta do documento em apreço, uma onde conste a empresa a quem foi adjudicado o serviço e a outra indicando a forma como o mesmo foi adjudicado, ou seja, se por concurso ou por ajuste direto, frisando que isso facilitaria a leitura do documento e demonstraria maior transparência.

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira. Sobre a consultoria e assessoria no apoio à elaboração do PEDU, disse tratar-se de um trabalho esporádico que exige um conjunto de competências, tendo a Câmara entendido ser preferível recorrer ao serviço de uma empresa externa. Referiu que, das conversas que teve com seus homólogos de outros municípios, de todos os partidos, quase todos, se não todos, recorreram a assessoria externa.-----

Informou que a empresa que ganhou este trabalho foi a GESTLUZ II – Consultoria e Investimentos, Lda., dizendo tratar-se de uma empresa com grandes créditos no mercado e que dá alguma garantia de que a candidatura será aprovada, fazendo ainda notar que a verba que a Câmara paga por esse serviço, de 23.900 euros, será financiada na totalidade, através dessa mesma candidatura.-----

Sobre o Europarque, deu nota que o documento estratégico e plano de ação para o Europarque já está pronto, que foi dado um período de seis meses para confirmar algumas das informações que se tinham, dizendo esperar, no decorrer da próxima semana, enviar a todos os membros desta Assembleia e aos vereadores da Câmara uma versão draft desse

---





documento, onde consta informação mais exata, e, conseqüentemente, obter contributos que algumas dessas pessoas possam querer dar. -----

Sublinhou que, no seu entendimento, a decisão do Município de não permitir que o Europarque fosse abandonado foi uma boa decisão, comentando que as pessoas não perdoariam caso o Município não tivesse assumido a gestão do Europarque e, hoje, aquele equipamento estivesse completamente vandalizado, reafirmando que o território só teve a ganhar com a opção tomada. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Válder Amorim sobre a evolução financeira do Município, disse não querer comparar o antes e o depois porque estão em causa realidades e situações diferentes, apostas diferentes, dizendo que o que quer realçar é que a atual gestão conseguiu reduzir a dívida do Município em cerca de 20 milhões de euros e que o Município está a pagar aos seus fornecedores em 17 dias, quando o objetivo era ficar abaixo dos 30 dias. Disse ser da opinião que o facto de a Câmara pagar a 17 dias tem uma grande importância para a economia local porque qualquer empresa quer, atualmente, fornecer à Câmara e faz o melhor preço, ressaltando que os próprios empreiteiros dão preços que, muitas vezes, surpreendem de tão baixos que são porque sabem que, em 20 dias, têm a fatura paga, dizendo considerar que o Município tem obtido uma poupança bastante significativa a esse nível.-----

Referiu que se o País conseguisse pagar a tempo e horas a situação do mesmo melhoraria muito, ressaltando que nos últimos 2 ou 3 anos tem havido uma evolução muito positiva a esse nível, o que é saudável para economia, dizendo ficar contente por tal rigor já estar a acontecer em Santa Maria da Feira porque isso permite dinamizar a economia local. -----

Nesse âmbito destacou que, de acordo com a Lei das Finanças Locais, o Município teria uma capacidade de endividamento de 25 milhões de euros mas que, como só é permitido, neste momento, o aumento do endividamento em 20%, só seria possível ao Município de Santa Maria da Feira pedir um empréstimo de cerca de 5 milhões de euros. Disse que o rigor na gestão financeira, para além de permitir obter preços mais baixos, permite ao Município ter uma capacidade de recurso a financiamento bancário, se necessário, ressaltando que tal poderá acontecer, até para efeitos da requalificação da rede viária concelhia, lembrando que essa requalificação é a grande prioridade da Câmara para os próximos anos. -----

Concluindo a sua intervenção, e a propósito da sugestão feita pelo membro Daniel Gomes, disse que os dados referidos pelo mesmo estão disponíveis no portal do governo da



contratação pública, pelo que quem tiver curiosidade pode facilmente obter essa informação.--

O membro *Daniel Gomes* (PS) usou novamente da palavra, dizendo pensar que compete à Câmara Municipal esclarecer todos os deputados municipais e que, nessa medida, havendo um deputado a pedir uma informação, ainda que por comodidade, entende ser obrigação da Câmara prestar essa informação. Disse considerar a atitude do Sr. Presidente da Câmara como sendo uma atitude de arrogância e completamente desnecessária perante esta Assembleia Municipal.-----

Posto isto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado que, sobre a presente matéria, não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

*Entrou Joana Coelho, em representação do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros* – tendo sido devidamente anunciada.-----

*Reentrou o membro António Topa.*-----

*Sairam os membros João Cunha, José Castro, António Valdemar Ribeiro, Luis André Santos e Amaro Araújo.*-----

### **3 – Informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida no âmbito da lei dos compromissos (Plano e Orçamento 2015)**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe, a que se refere a informação escrita dada pelo Presidente da Câmara, datada de 18 de novembro de 2015, documento esse distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, submetendo-o a apreciação.-----

Tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----



**4 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para conhecimento)**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe, emitido pela Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda. – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.548, em 29 de outubro de 2015 – distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, submetendo-o a apreciação. -----

Tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

*Reentraram os membros João Cunha, José Castro e António Valdemar Ribeiro.* -----  
*Saiu o membro Sérgio Cirino.*-----

**5 – Mapa de Pessoal e Funções dos Serviços Municipais para 2016**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel. -----  
Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de outubro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por referir que o Mapa de Pessoal é um instrumento fundamental no planeamento e na gestão da estratégia dos recursos humanos, permitindo uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada, no caso, para o serviço público, de acordo com os



*[Handwritten signature and initials]*

critérios de racionalização e transversalidade. Referiu que não estava somente em causa a descrição do número de postos de trabalho, das suas funções e hierarquia, e aquilo que é pretendido especificamente de cada um deles.-----

Disse constatar-se que existem 782 lugares ocupados e 29 lugares previsionais, salientando ser sabido que tem havido, nos últimos anos, algumas dificuldades na contratualização de novos elementos para suprir necessidades, comentando esperar que o atual governo socialista seja mais permissivo e, assim, haja essa possibilidade de contratualização. -----

Salientou que, como já referido, existe um conjunto de contratualizações externas pelo que, no seu entendimento, seria importante perceber se foi feito um levantamento daquilo que a Câmara carece para, em função da contratualização necessária, evitar gastos do erário público, questionando ainda se existe alguma estratégia definida pela Câmara no que respeita à mobilidade.-----

Concluindo a sua intervenção questionou ainda se existe algum estudo ou se algo foi pensado no sentido de fomentar formação, diferenciação e capacitação do Pessoal com vista a suprir as necessidades que a Câmara tem e que leva à contratação que se vem verificando de serviços externos.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, no respeitante ao processo de análise da necessidade de contratação de pessoal, esclareceu tratar-se de um processo que é feito internamente, com uma profunda reflexão e envolvendo todos os departamentos, dizendo haver essa noção da diminuição de pessoas ocorrida ao longo dos últimos anos, eventualmente num número superior a 70 ou 80 pessoas, salientando que isso levou a que, neste momento, existam setores que requerem algum esforço. -----

Reafirmou que esse trabalho de análise está a ser feito internamente, com muita prudência e cautela porque é preciso manter o controlo da despesa, fazendo sobressair que a Câmara precisa admitir algumas pessoas, mas que serão poucas porque essa contratação traduz-se, como dito, em despesa.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP) e 19 abstenções (PS: 17, CDU, BE), aprovar o Mapa de Pessoal e Funções dos Serviços Municipais para 2016 –



documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Reentraram os membros Sérgio Cirino e Luis André Santos. -----

Saíram os membros José Castro, Rui Ribeiro, Armando Teixeira, Augusto Santos e Joana Coelho.-----

**6 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2016-----**

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de outubro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Tomo a liberdade de começar a minha intervenção citando o Sr. Presidente da Câmara na apresentação do Plano e Orçamento Municipal para 2016, em que diz que “transparência e rigor são dois pilares fundamentais onde assenta a política orçamental do município de Santa Maria da Feira” contudo essa não tem sido a prática que caracteriza a sua gestão. Basta avaliar as reuniões da Câmara onde têm sido aprovados consecutivos ajustes diretos com consulta a uma só empresa, as obras com alterações sucessivas e prorrogações de prazos, aos contratos celebrados, para concluirmos que boa e clara gestão não é seguramente a marca deste executivo.-----

As opções do plano e orçamento para 2016, à semelhança de anos anteriores, retratam um conjunto de intenções vagas, sem definição de metas e é irrealista nos resultados esperados, nomeadamente no que diz respeito à promoção de emprego e do investimento. -----



Este Plano e Orçamento, centra-se no essencial em projetos e atividades de gestão corrente. Reduz em mais 4 milhões de euros o investimento ao que se soma os 8 milhões que já reduziu no ano 2015. Ou seja, em apenas 2 anos, desceu o investimento em 12 milhões de euros! Isto é, desinvestiu-se à média de meio milhão de euros por mês!-----

Projetos com apoio comunitário, que visam aumentar a competitividade e o emprego, a inclusão e coesão social, a requalificação urbanística, entre outros, em que a Câmara Municipal podia candidatar-se, diretamente ou em parceria com outras entidades, são esquecidos.-----

Isto seria certamente o que faríamos com vista a dinamizar a economia local, a gerar emprego, a qualificar o nosso território e a melhorar a qualidade de vida das pessoas.-----

Mas centremos agora a nossa análise sobre os 3 pilares em que este executivo assenta a sua ação:-----

#### Pilar 1 – Desenvolvimento Economico e Emprego-----

Diz o Sr. Presidente em conferência de imprensa, com a humildade que o caracteriza, que foi devido “à sua intervenção direta” que o desemprego baixou no nosso concelho. No entanto os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) desmentem-no na frieza dos números. Para isso basta comparar os dados da redução média do desemprego de janeiro de 2014 a setembro de 2015 nos concelhos que fazem parte da Área Metropolitana do Porto (AMP) foi de 21% e nos do Distrito de Aveiro de 24,5%, enquanto que no concelho da Feira a redução foi de 20%.-----

Os números oficiais mostram que o nosso Concelho apresenta em termos médios, os piores resultados do território em que nos inserimos.-----

Relativamente ao FeiraPark, ao mesmo tempo que anuncia que lá se vão instalar três grandes empresas, anuncia a sua dissolução e liquidação total por alegados sucessivos prejuízos, a começar pelas iniciais 75 mil euros (e ainda falta contabilizar terrenos, acessos, isenções de taxas, etc.). Será que estamos condenados a só ser chamados para pagarmos? Passando a gestão do Edifício FeiraPark a ser gerido pela Portuspark, entidade de que o nosso município não faz parte. Como se explica que, logo agora que o Sr. Presidente gaba o futuro êxito do projeto, estejamos dispostos a sair do empreendimento só lá tendo permanecido enquanto deu prejuízo?-----

Para quando a requalificação das Zonas Industriais em quase abandono? É assim que pretende



a Câmara Municipal atrair mais investimento e emprego para o nosso concelho? Afinal que estratégia é a da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que se esquece repetidamente de toda a zona do extinto Parque Empresarial da Cortiça (PEC) ao abandono, apesar do elevado investimento lá realizado? -----

Relativamente ao PERM aguardamos com expectativa os resultados, porque para além dos anúncios de venda de lotes e início de uma construção, embora importante, ainda não produziu resultados esperados. -----

Do Europarque, de que apenas continuamos a pagar as contas, ainda não sabemos das receitas, nem que planos há para estancar as perdas financeiras que estão a sair-nos dos bolsos a todos. O Presidente acredita que irão conseguir os 500/600 mil euros em acordos anuais, necessários para a manutenção do espaço, mas, pasme-se, tal “dependerá muito dos congressos que se conseguir captar”. Este vaticínio faz lembrar aqueles bilhetes que saem das máquinas de profecias que dizem que “se não morreres de novo de velho não escapas”. Assim ficamos esclarecidos! Plano e Orçamento não têm rubricas que nos mostrem as receitas provenientes deste ato de fé do Sr. Presidente. O tal presente que andou o Sr. Presidente da Câmara mais de um ano a negociar com o Governo. Onde estava a tão desejada gestão partilhada (que nós também defendemos) já que é uma infraestrutura de âmbito e alcance regional? Assumiu por 50 anos a gestão do Europarque sem qualquer estudo financeiro que sustentasse a decisão, como sempre defendeu o PS, invocou o seu “bloco de apontamentos” e ainda afirma ter sido este um ato de coragem? -----

O Europarque vai ser o “castelo do século XXI”, afirma Emídio Sousa. Contudo, até à presente data, a única certeza que temos é que o Europarque é um grande “elefante branco” a engordar todos os dias à custa do erário municipal. É sintomático que nem o Governo, nem os restantes municípios da região norte se tenham comprometido seriamente neste projeto. Alerta que nos próximos 2 anos as receitas não irão cobrir as despesas. Será mesmo só nos próximos dois anos? Porque será que insiste em iludir os munícipes num processo que está a gerir com total opacidade? -----

Pilar 2 – Coesão Social - Concelho Solidário-----

Não se pode pretender afirmar como marca “concelho solidário”, porque: -----

1. O valor do IMI apesar de ter baixado minimamente e apenas para as famílias com filhos, continua a ser dos mais altos do país. -----



2. Entre nós o IRS encontra-se fixado na taxa máxima de 0,5%. E não se pode alegar que a sua redução, como propôs o PS, beneficiaria apenas os mais ricos, quando a incidência de IRS ocorre a partir de 615 euros e 61% dos portugueses auferem menos de 900 euros mensais, os quais, ao contrário do que pensa esta maioria PSD, não são ricos. -----

3. O preço da taxa fixa de saneamento sofreu mais um agravamento em 2015 de 3,5 euros/mensais, resultado da 4.ª renegociação do contrato ruinoso celebrado com a Indaqua, e ainda se prevê maiores agravamentos na fatura da água e saneamento, depois de 2017. -----

Quanto ao apoio às Associações culturais, continuam a sofrer de atrofia, com mais de 80% a ser excluídas de apoios no âmbito do Plano de Apoio aos Projetos Culturais e cujo valor global de 102, passou para 125 mil euros, o que representa um aumento irrelevante em termos absolutos. Os 100 mil euros que a Câmara Municipal teve de pagar de indemnização ao empreiteiro responsável pela construção do pavilhão de Mozelos, devido à revogação do contrato por ausência do necessário estudo geotécnico, quase permitiria duplicar o apoio às associações no próximo ano. -----

#### Pilar 3 – Rede Viária -----

A Câmara Municipal afirma que tem aqui um forte investimento, que peca por tardio. Mas enquanto a Câmara Municipal continuar a não fazer qualquer planeamento estruturado e realista, de curto, médio e longo prazo, de toda a rede viária do concelho, andaremos sempre nestes ciclos político/económicos, em que em anos de eleições se fazem todos os remendos possíveis e de má qualidade nas estradas e depois das eleições se espera até às próximas. -----

Relativamente ao Centro Coordenador de Transportes há tantos anos prometido sempre em vésperas de eleições, será que vai ser agora que conseguirá sair do projeto? -----

Mais uma vez marca pela ausência um Plano, faseado e orçamentado, para adaptação de edifícios de serviços municipais que recebem público, de forma a permitir o acesso a cidadãos com mobilidade condicionada. Aqui impõe-se perguntar: Porque não reservar 1% do orçamento municipal para corrigir as barreiras arquitetónicas? -----

Estes documentos mostra-nos que: -----

- A gestão continua a pautar-se por falta de rigor e transparência; -----
- Investe-se o mínimo possível e nalguns casos, muito mal; -----
- Os contribuintes pagam elevados impostos e são sobrecarregados com o aumento dos custos de água e saneamento; -----





• Continua a recusar-se aos cidadãos a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho através do orçamento participativo. -----  
Repete-se, afinal, o caminho seguido em anos anteriores, sem que se definam metas razoáveis para que se apresentem resultados quantificados com rigor. Ficamos mais uma vez por declarações de vontade e afirmações vagas destinadas a soar bem na comunicação social. Para os tempos problemáticos e desafiantes que vivemos é muito pouco, um somatório de medidas de gestão corrente e de curto prazo, desprovidas de visão estratégica e de futuro.” -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que falar do Plano e Orçamento é falar de um documento que é preponderante e vital para o Município, salientando que, para além da parte contabilístico-financeira e estatística, demonstra a orientação política de quem, efetivamente, governa. -----

Referiu que, pelos Planos e Orçamentos que teve a oportunidade de analisar neste mandato, queria, desde logo, parabenizar a Câmara pela forma como tem exposto o documento, ressaltando que tem melhorado a sua qualidade e que é de muito melhor compreensão, comentando que, mesmo para quem não tem o know-how da economia ou das ciências ligadas à matemática ou à gestão, e evidentemente à contabilidade, torna-se bem mais simples de poder direccionar o pensamento e, dessa forma, intervir com algum conhecimento de causa. Em relação ao Orçamento, disse que o saldo corrente regista um superavit de 10,4 milhões de euros face ao regime jurídico do equilíbrio orçamental, e que deduzidas as amortizações médias, para o ano de 2016, que são de 4,4 milhões de euros, ainda assim se regista um superavit na ordem dos 6 milhões de euros, dizendo que podem ser verbas extremamente pertinentes para uma visão estratégica e orientada para aquilo que são as necessidades do Concelho. -----

Referiu que essa capacitação financeira poderá financiar as soluções para as brechas importantes que existem no Concelho, frisando que o estado em que se encontra a rede viária é, efetivamente, o problema que convém resolver. -----

Disse que quando se fala em números muitas vezes dá a sensação de que muitas das propostas elencadas não aferem, de facto, números e as respetivas receitas, sublinhando que as receitas fiscais são a maior fonte de receita do Orçamento, representando 43,3% da receita total e 49,4% da receita corrente, o que é demonstrativo do papel fundamental que têm para a

---



Câmara Municipal.-----

Salientou que se a pretensão é que a Câmara Municipal tenha algum investimento, tenha intervenção social, tenha intervenção na economia e, acima de tudo, consiga suprir as suas responsabilidades, é preciso perceber que, muitas vezes, as propostas têm de estar interligadas em função daquilo que existe em termos de capacitação financeira porque, de facto, o dinheiro custa a todos e a Câmara Municipal precisa dele para intervir. -----

Disse considerar importante salientar que os juros e outros encargos decorrentes da dívida têm uma diminuição significativa, bem como outras questões já referidas, como o facto de o Orçamento para 2016 ser menor em virtude da diminuição dos financiamentos europeus, destacando ainda o alívio fiscal às famílias, nomeadamente através do IMI familiar, bem como a taxa reduzida a aplicar quanto à Derrama. -----

Aludindo às propostas apresentadas pelo CDS-PP, fez notar que as mesmas foram elencadas em 6 eixos e que, em grande medida, compaginam com a orientação política do Município, ressaltando que, contudo, existem algumas situações que os separam. -----

Frisou que a questão da dívida é, para o CDS-PP, um eixo extremamente relevante, continuando a assumir que a responsabilidade, transparência e rigor na gestão são fundamentais para que o Concelho possa ter respostas assertivas às suas necessidades e, dessa forma, criar condições de vida e um modo de vida aos feirenses que, até hoje, não tem acontecido. Frisou a importância da diminuição da dívida ser compaginada com o investimento assertivo naquilo que são as verdadeiras necessidades dos feirenses. -----

Em relação à Ação Social, disse que esse foi um pilar fundamental do CDS-PP nas propostas eleitorais apresentadas em 2013, salientando verificar que a Câmara Municipal tomou para si a assunção dessas responsabilidades, destacando que a função social representa 18,8 milhões de euros do total do Orçamento, e que isso é sintomático da importância que a Ação Social tem para a Câmara Municipal. -----

Disse concordar que muito mais poderá ser feito para melhorar mas que, contudo, não se pode desprestigiar aquilo que tem sido realizado no Município, mencionando que os prémios que o mesmo tem recebido na área social são a prova disso, sublinhando ser extremamente gratificante perceber que a Ação Social é o pilar estruturante que a Câmara Municipal tem nesta época de crise, em benefício dos feirenses. -----

Ainda referente ao eixo da Ação Social disse que o CDS-PP, numa das suas propostas, fala



sobre algumas necessidades que as pessoas e as famílias sentem, nomeadamente com a questão das creches e dos infantários, comentando que as soluções existentes no Concelho ainda são exíguas em relação às verdadeiras necessidades dos feirenses, especialmente em relação aos horários. Disse ser preponderante que a Câmara Municipal, junto dos seus parceiros privados, IPSS e outros, comece a diligenciar uma estratégia que consiga dar resposta às necessidades das pessoas, realçando que existem pais que, por exemplo, trabalham em horário noturno e têm extrema dificuldade em conseguir dar solução e resposta cabal quando têm filhos pequenos. Disse que, portanto, o que está em causa é o horário do encerramento das creches e dos infantários, frisando que é preciso a Câmara Municipal pensar uma estratégia para dar resposta a esse problema que muitos feirenses têm. -----

Em relação ao eixo relativo à economia, empreendedorismo e empregabilidade, disse que o CDS-PP concorda que esse eixo tem de continuar a ser uma aposta central e basilar da intervenção da Câmara Municipal. Disse ser preciso continuar a apostar no fomento da economia do Concelho, ressaltando que as visitas que são elencadas ao exterior são preponderantes mas que é preciso, também, promover o caminho inverso, ou seja, a captação de investimento para Santa Maria da Feira. -----

Referiu, nesse âmbito, ser preciso intervir na requalificação dos espaços de acolhimento empresarial, na melhoria dos acessos, na pavimentação das vias, na requalificação dos passeios, redes de águas pluviais, iluminação, sinalética, fibra ótica, entre outras, ressaltando que se essas situações não forem supridas no imediato dificilmente se conseguirá atrair empresas. Frisou que nos concelhos vizinhos esse trabalho está a ser feito, dando o exemplo de Oliveira de Azeméis para dizer que esse concelho tem conseguido cativar grandes grupos económicos, nomeadamente grupos chineses, e que mais grupos se querem alocar naquele concelho, pelo que considera estratégico que Santa Maria da Feira resolva rapidamente as brechas que tem nas suas zonas industriais. -----

O membro Válder Amorim prosseguiu a sua intervenção dizendo que um outro pilar importante é, de facto, a requalificação das estradas, dizendo que o estado em que as mesmas se encontram demonstra uma falta de respeito para com os cidadãos, não só os feirenses que todos os dias transitam nas estradas, como também de todos os outros que visitam Santa Maria da Feira. -----

Disse ser fundamental a Câmara ter uma estratégia pensada e elaborada, um plano que dê



resposta às reais necessidades do Concelho a esse nível, mas que não se compagine com aquilo que muitas vezes é prática recorrente no País, ou seja, desenvolver a obra a baixo custo levando a que, posteriormente, a mesma se torne muito mais onerosa. Frisou que, para além de ser preciso reverter essa situação é preciso, também, reverter a situação de conceder sucessivas prorrogações de prazos para a conclusão das obras. -----

Referiu que outro problema é a falta de planeamento correto, ou seja, o arranjar para depois ser necessário subverter porque falta sempre alguma coisa, seja a rede de água, a rede de iluminação pública ou qualquer outro tipo de infraestrutura, acrescentando que a fiscalização é fundamental e que a sindicância, não existindo, provoca o atropelo daquilo que é a dignidade dos cidadãos e dos seus direitos, destacando que os cidadãos não podem ser esquecidos. -----

Em relação ao Europarque disse que o CDS-PP concorda taxativamente que é fundamental para o Concelho, que é um instrumento relevante que, se bem trabalhado, poderá trazer know-how e outro tipo de soluções para Santa Maria da Feira. -----

Disse que, pelo que verificou, são exetáveis 500 a 600 mil euros em receitas, mediante os congressos que se consigam alcançar, e que também se verifica que a gestão dessa estrutura será encaminhada para a Feira Viva. Referiu nada ter contra a Feira Viva, que a mesma tem feito um trabalho que lhe parece relevante e bastante proficuo na área dos eventos, mas que considera que entregar à Feira Viva o Europarque é pôr em questão várias coisas e, acima de tudo, é não ter definido o pensamento estratégico para aquele equipamento. Frisou que se a pretensão é fazer do Europarque o motor económico do Concelho, não é somente com eventos que se vai conseguir isso, considerando ser preciso ter um pensamento diferente e uma gestão completamente distinta, que traga respostas completamente diferentes na obtenção de receita. -

Fez sobressair que o CDS-PP discorda que seja a Feira Viva a assumir a gestão do Europarque porque considera que o mesmo deve ter uma gestão profissionalizada e com uma amplitude completamente diferente no âmbito da economia, da finança, do mundo empresarial, e feita em parceria, dizendo que essa seria a melhor solução para que as receitas não cheguem apenas e tão-somente para pagar o investimento que é tido anualmente e para que o Europarque possa ser, de facto, o motor económico que o Concelho tanto pretende. -----

Referiu que um último eixo mencionado nas propostas do CDS-PP está relacionado com o ganho imaterial que, muitas vezes, é mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara. Frisou que



esse bem imaterial são as pessoas, é aquilo que se consegue fazer e desenvolver para as pessoas e os ganhos que daí se conseguem adquirir, realçando que esse ganho, muitas vezes, não é quantificado, mas que em alguns países não só é quantificado como teve um desenvolvimento inesperado. -----

Salientou que a proposta do CDS-PP é fundamentada nessa visão, de olhar para as pessoas e perceber que as pessoas se capacitaram para ter outro conjunto de respostas e outro conjunto de soluções, ressaltando que, inclusivamente, essa é uma preocupação que hoje os fundos comunitários transparecem. Deu nota que o Programa Portugal 2020 está dotado com 25,7 mil milhões de euros e inclui diversos domínios temáticos muito vocacionados para as pequenas e médias empresas, para a economia e o seu incentivo, para a inclusão social e o emprego e, também, para o capital humano. Disse que o capital humano está dotado em 2,130 milhões de euros e tem por objetivo a luta contra o desemprego, promovendo e fomentando ações diretas sobre as pessoas, desde a sua formação à sua diferenciação, que poderão dar novas alavancas para que essa pessoas possam ter autonomia própria e pensar em novas atividades profissionais, em novos negócios, e por si procurarem desenvolver-se. -----

Disse que, quando se fala nos fundos comunitários, percebe-se que a Câmara Municipal ainda continua muito alocada à dita estrutura, ressaltando que é preciso inverter o rumo e perceber que é para as pessoas que os fundos comunitários podem ser transpostos, fazendo sobressair que se existem fundos para esse efeito, devem ser aproveitados. -----

Realçou ser fundamental que a Câmara perceba que as estratégias centradas nas pessoas têm resultados, frisando que o exemplo nobre desse paradigma são os países escandinavos que, indo ao encontro daquilo que são as diretrizes comunitárias, apostaram nas pessoas e obtiveram resultados dessa aposta, acrescentando que, nessa matéria, considera relevante a concretização de parcerias com universidades e com entidades privadas na área da formação. -

Concluindo a sua intervenção, o membro Válder Amorim disse que o programa da coligação PSD/CDS-PP para as últimas eleições legislativas assentou, também, nas pessoas, para as pessoas, com diferenciação e capacitação e que, nessa medida, o CDS-PP gostava ver vertido nas Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2016 esse mesmo eixo, direcionado para as pessoas. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que efetuou a intervenção que, seguidamente, se



passa a citar: -----

“Reparamos que nas últimas semanas houve, no País, uma alteração do ar que se respirava.--- Sabíamos qual era o ar anterior. Era um ar em que tudo eram contas, tudo era números, e os direitos das pessoas, enfim os rendimentos, era uma coisa de pormenor, que podia ser atropelada a qualquer momento.-----

Reparamos hoje que, olhando para este Orçamento, o ar ainda não mudou em Santa Maria da Feira, por enquanto! Mas há de mudar, e essa é a boa notícia.-----

Quando o Sr. Presidente da Câmara diz que prioridade absoluta ao Orçamento é o rigor das contas, nós não discordaríamos em tese, se não soubéssemos o que é a nossa diferença e a nossa divergência sobre o conceito de rigor.-----

É que nós sabemos bem que para a Câmara Municipal, para a direita em geral, o rigor é a primazia do número sobre os direitos das pessoas. E por isso temos vistos nos anteriores orçamentos, e este não é exceção, infelizmente, que o rigor quer dizer mais impostos sobre as pessoas, quer dizer menores respostas sociais e quer dizer menor investimento. Aliás, a Câmara Municipal até diz que é por causa do rigor que foi possível um desagravamento de impostos. Nós vamos ver o IMI, e o IMI em 2012, a arrecadação era de 13,8 milhões de euros, em 2016 é de 16,420 milhões de euros, portanto, o desagravamento de impostos aqui foi mais 3 milhões de euros que os feirenses pagaram, ou vão pagar, em 4 anos.-----

Pode dizer que há um desagravamento em relação a 2014. Sim, há um desagravamento de 100 mil e poucos euros.-----

Em relação ao ciclo que é esta Câmara Municipal, há um agravamento de impostos, isso sim. - E não se safam com a ideia do IMI familiar. Aliás, tivemos essa discussão na última sessão da Assembleia Municipal. O BE reitera a sua posição, o IMI familiar é um embuste e é desigual e injusto. Demos o exemplo, que podemos continuar a dar. Uma família com menos rendimentos mas que não tem filhos ou que os seus filhos já se emanciparam, já não estão no agregado familiar, pode, por absurdo, pagar mais de IMI pela sua habitação do que uma família com muitos rendimentos mas que tenham 2 ou 3 filhos. Por isso isto não é justo, é uma desigualdade absurda que só existe hoje porque o PSD, a nível nacional, achou que o IMI era uma espécie de afrodisíaco e que se baixassem o IMI e se houvesse um IMI familiar isto era um incentivo à natalidade. É completamente um absurdo, não é um incentivo a nada mais do que não seja à desigualdade.-----



*[Handwritten signature and initials]*

Rigor nas contas. O rigor nas contas da Câmara Municipal é feito também à custa do investimento, despesa de capital, e ele volta a descer em 2016, como tem descido sempre nos últimos anos. E o rigor da direita é isto mesmo, mais impostos, menos investimento e menos respostas sociais. -----

E vamos à questão das respostas sociais. -----

Diz o Sr. Presidente da Câmara que há uma prioridade que é a questão dos Fóruns das Freguesias. Enfim, não temos por princípio também nada contra os Fóruns de Freguesia, mas devemos admitir que a funcionar como têm funcionado, são uma espécie de institucionalização da resposta para que a resposta institucional não aconteça, na verdade. Porque nós olhamos para os últimos anos no Concelho de Santa Maria da Feira, e todos nós conhecemos casos de emergência social que não tiveram resposta, nem do CLAS, nem da Câmara Municipal, nem da Junta de Freguesia. Muitas vezes da Junta de Freguesia até conseguem ter, porque é mais próxima, da Câmara Municipal é que não. -----

Sabemos de casos de pessoas que vivem sem água na sua habitação e a Câmara, a resposta que tem para lhes dar, é bater-lhes à porta a dizer que têm de pagar à Indaqua, têm de pagar a água, têm de pagar os juros e ainda têm de pagar a dívida que, por lei, até já prescreveu. Têm de pagar tudo, e nós não vos ajudamos porque vocês não querem ajuda. Basicamente tem sido essa a resposta da Câmara Municipal. -----

Como também conhecemos, há duas semanas, salvo erro, as condições de uma família de Paços de Brandão, vivendo em condições sub-humanas, e soubemos que a ajuda a que eles tiveram acesso foi a comunidade que se auto-organizou para a ajudar. A Câmara Municipal onde é que ficou? Já tinha havido ajuda? Já tinha havido acompanhamento daquela família? Alguma resposta? Que se saiba não, porque teve de ser a comunidade a auto-organizar-se para ajudar aquela família que vivia um caso dramático. -----

E nós estamos a falar de casos extremos, certamente que muitos outros existem. E isto são as respostas sociais no concreto, ou melhor, a falta de respostas sociais no concreto. -----

Mas vamos também à falta de respostas sociais no Orçamento que é proposto pela Câmara Municipal. O assunto da ação social merecia, como todos percebemos, ser uma prioridade, merecia ter mais atenção. E não estamos a falar dos técnicos, do trabalho dos técnicos, não estamos a falar das associações que atuam no Concelho, estamos a falar é do facto de a Câmara Municipal não dar nem condições nem dinheiro para que o trabalho seja melhor. -----



Por exemplo, no Orçamento Municipal, o total para as medidas de ação social não chega a 500 mil euros, 8% do Orçamento. Olhamos para medidas, por exemplo, que no site da Câmara Municipal são descritas como, e cito: “apoio a situação de emergência social, a estratos sociais e desfavorecidos”. Portanto, deveria ser uma medida importante, com uma verba importante, porque certamente que o caso assim o justifica. São situações de emergência, de pessoas desfavorecidas. Não serão, infelizmente, exceção neste Concelho, não serão a exceção que confirma a regra. No Orçamento são 17 mil euros! Não é preciso desfolhar muitas páginas para perceber que a Câmara Municipal gasta mais em manutenção de scanners, ou em manutenção de hardware. Em manutenção de scanners a Câmara gasta mais de 17 mil euros. E, por isso, falta também muita resposta na ação social. Certamente que ninguém ficará agradado com a falta de resposta, mas quem tem a possibilidade de alterar e de reforçar é exatamente o Executivo, que o poderia fazer agora. -----  
Sobre o emprego, que é considerado uma outra prioridade. -----  
Descida do desemprego. Oxalá houvesse, oxalá fosse uma realidade. Quando se discute a questão do emprego e do desemprego no concelho de Santa Maria da Feira, há sempre perguntas que ficam por responder e há sempre dados que ficam por dar. Por exemplo, era importante perceber, nos desempregados registados do Concelho, já nem estamos a falar daqueles que são apagados pelo IEFPP, quantos é que estão no Contrato Emprego-Inserção, quantos é que são de estágios, usados, muitas vezes, abusivamente por empresas e, aliás, até pela própria administração pública, e quanto é que disso resultou da emigração.-----  
Porque a nível nacional, o anterior governo PSD/CDS-PP também dizia que estava a reduzir bastante o desemprego, e depois nós olhamos para os números no seu global, tirando a peneira com que tentavam tapar o sol, e percebíamos que 500 mil tinham emigrado, 65 mil eram estágios, 70 mil e 500 eram CEI e CEI+, e no global tinham-se reduzido 400 mil postos de trabalho. Não havia redução de desemprego, havia era redução de emprego. -----  
E a questão é: e em Santa Maria da Feira? Acompanha a tendência? Todo este emprego que se criou foi mesmo emprego que se criou? Todo este desemprego que supostamente se diminuiu foi desemprego que se diminuiu?-----  
Nós conhecemos casos de Juntas de Freguesia que recorrem muitas vezes a Contratos Emprego-Inserção e Contratos Emprego-Inserção +, e muitas IPSS que fazem o mesmo, e neste Concelho. São pessoas que estão a trabalhar de graça, não é um emprego, nem sequer





um biscate, são pessoas que tiveram um emprego, que descontaram para ter uma resposta social no desemprego, chamado subsídio de desemprego, e que por terem caído no desemprego e por terem direito a subsídio de desemprego, foram obrigadas pelo Estado a trabalhar de graça. Isto não é emprego, isto é apagar as pessoas do sistema porque elas não têm um emprego quando estão num contrato de emprego-inserção, porque quando acaba vão outra vez para o desemprego. Aquilo não é um emprego e não deve ser contado como um emprego.-----

Da mesma forma que os estágios não são um emprego. Muitas IPSS, associações e empresas, utilizam o estágio como o porquinho mealheiro da sua tesouraria, na verdade, porque é uma forma de ter trabalhadores qualificados, pagos pelos impostos de todos nós, porque são comparticipados pelo IEFP, e acaba o estágio e vai embora e vem outro. E tem sempre trabalhadores de graça. Isto não é emprego.-----

E por isso era importante que nos dissesse quantos destes estágios existem no Concelho. Quando badala a questão do emprego e da redução do desemprego, se é mesmo postos de trabalho ou se estamos só a falar da exploração abjeta dos desempregados.-----

Da mesma forma que era importante que dissesse quantos postos de trabalho é que a diplomacia económica veio trazer, e que desse uma palavra de preocupação sobre as condições de trabalho neste Concelho. Porque muitas vezes ouvimos o Sr. Presidente da Câmara falar de viagens de diplomacia económica, como agora se diz, com empresários, que está bastante preocupado com os empresários, de dar condições de fixação aos empresários, e pouco se ouve falar das condições de trabalho. Já agora, quem produz são os trabalhadores, não é novidade para ninguém, a riqueza vem do trabalho e, portanto, vem dos trabalhadores que é quem executa o trabalho. E convém que esses tenham boas condições. Uma Câmara só direcionada para empresários está a excluir 95% do mercado de trabalho, que na verdade é a parte que mais importa, que é a parte que realmente produz.-----

Nós olhamos para o poder de compra no Concelho, dados bastante recentes, e vemos que o poder de compra está abaixo da média nacional, é 84% da média nacional. Isto não é bom indicador sobre as condições de trabalho no Concelho de Santa Maria da Feira, nem sobre os salários praticados no Concelho. É que este é o problema de olhar só para os interesses dos empresários, olhar só para os interesses dos empresários muitas vezes dá nisto, na redução dos salários, porque esse é um interesse para os empresários mas não é um interesse para os



trabalhadores.-----

O regulamento da marca Good Makers é um ótimo exemplo sobre a forma como a Câmara trata os trabalhadores deste Concelho porque não tem uma única linha sobre condições de trabalho para poder aceder à marca. Quer dizer, pode ser um good maker, não precisa é de ser um good employer, não precisa ser um bom empregador, não precisa dar boas condições de trabalho, não precisa de nunca ter tido a ACT à perna, não precisa de ter salários em dia. Não está nada disso no regulamento e isso é paradigmático da forma como se trata as relações de trabalho e os trabalhadores no Concelho.-----

Infelizmente não vemos mudanças no rumo que tem sido trazido pela Câmara Municipal nestes últimos anos, mas era preciso que elas começassem a existir. Se efetivamente começam a existir condições, como se diz, para o desagramento fiscal, era importante que ele se refletisse nas famílias e não apenas no papel.-----

Se começam a existir condições para desapertar o cinto, era importante que ele se refletisse no investimento público, e não apenas em proclamações. Se existe a preocupação do imaterial e da ação social, era bom que planos para pessoas em situação de emergência valessem um bocadinho mais do que manutenção de scanners da Câmara Municipal.”-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por referir que, uma vez mais e salvo raras exceções, muito pouco se ouviu falar do Plano e do Orçamento.-----

Quanto ao ar que se respira, disse que efetivamente o ar continua irrespirável e que espera que, com o passar de alguns meses, o mesmo comece a ficar respirável, para que as pessoas comecem a descer à terra e deixem de falar irrealidades.-----

Referiu que as pessoas estão, naturalmente, em primeiro lugar e depois vêm os números, destacando que para tratar os problemas das pessoas não basta boa vontade, que é preciso ter uma sociedade a funcionar e a produzir, dizendo recordar-se que, há pouco tempo, havia o desejo de ajudar as pessoas mas não se tinha com que ajudar.-----

Sobre dizer-se que não se reduziu impostos no Concelho dando como argumento o aumento da receita arrecadada com o IMI, disse que isso é uma falácia completa e que estava à-vontade para falar do IMI porque sempre foi contra essa reforma fiscal, sempre considerou que a justiça tributária não deve ser feita ao nível concelhio, mas sim a nível nacional. Referiu não bastar dizer que se tem aumentado o IMI porque de 2013 para 2016 a receita aumentou 3

---



milhões de euros, ressaltando que quem disse isso esqueceu-se de mencionar que o Concelho teve um investimento muito forte em termos de construção, levando a um aumento da receita. Sublinhou que a receita do IMI também aumentou porque se corrigiu uma injustiça muito grande, fazendo notar que uma pessoa, porque tinha uma casa feita há poucos anos, pagava muito de IMI quando o seu vizinho, porque tinha construído a sua casa meia dúzia de anos antes da sua, quase não pagava nada. -----

Salientou que, para além disso, há que reconhecer que o Município recebe menos 20% do que aquilo que poderia receber em termos de IMI, apesar das receitas da Câmara estarem a baixar pelas razões que são de todos conhecidas, ressaltando que, portanto, a Câmara está a ter cuidado com a carga fiscal dos seus contribuintes. -----

Sobre o IRS disse continuar a achar que seria uma injustiça caso se reduzisse, em termos municipais, a participação sobre o IRS, destacando que um casal que tenha 800 ou 900 euros de rendimentos e com filhos, bastará apresentar algumas despesas para não terem de pagar IRS, comentando que a maioria das pessoas não seria, infelizmente, beneficiada caso se baixasse essa participação. -----

Em relação ao Europarque disse ser uma novidade que consta do Orçamento e que está mais ou menos esclarecido o contrato com a empresa municipal Feira Viva, salientando que, perante uma situação que foi inesperada, o Concelho tinha de tomar uma decisão e tomou-a, realçando que quem tem de tomar decisões nem sempre toma as decisões certas, que por vezes corre-se o risco de errar. -----

Relativamente à questão da falta de rigor, disse achar muita piada a essa crítica quando é reconhecido por todos que os documentos, de há uns anos a esta parte, têm vindo a melhorar significativamente, tendo inclusivamente, desta vez, sido disponibilizados também em formato digital, permitindo fazer uma leitura correta de mapas que, em papel, são de difícil leitura. Frisou poder-se concordar, ou não, com o que consta nos documentos, mas que a lei foi cumprida e que houve tanto rigor quanto possível na elaboração dos documentos, que foram muitíssimo melhor apresentados. -----

Referiu que os documentos em apreciação são suficientemente claros para, quem os analisar, poder constatar o que efetivamente se pretende fazer em 2016, ressaltando ser mais um elemento que vai permitir dar continuidade ao trabalho iniciado em 2014, tendo como objetivo final o cumprimento do programa eleitoral sufragado pelos feirenses. -----



Em relação ao desenvolvimento económico disse que já tivera a oportunidade de salientar que, apesar de necessário seria um processo arriscado, até pela dificuldade em medir os resultados. Nesse âmbito, recordou que o membro Moisés Ferreira sempre contestou as estatísticas que foram saindo, dizendo esperar que, com o novo governo, tudo isso seja alterado e finalmente as pessoas se possam recorrer das estatísticas oficiais sem que ninguém as conteste. -----

Sobre a questão da emigração disse ouvir falar de diversos números, em 300 mil, em 500 ou 600 mil, comentando que, pelo andar, em pouco tempo todos estariam no estrangeiro. Disse que, infelizmente, houve muita gente que teve que emigrar, embora não se sabendo ao certo em que número, comentando ainda que alguns emigraram por opção, embora numa percentagem pequena. -----

Reafirmou que a questão do desenvolvimento económico vai ser sempre um problema que o Sr. Presidente da Câmara vai ter porque, por melhores dados que apresente, por mais que diga que os empresários, se querem fazer as viagens empresariais e se as pagam é porque têm algum interesse nelas, vai ter sempre dificuldade em comprovar que o desemprego baixou no Concelho por influência da Câmara. Referiu não ter dúvidas de que essas medidas implementadas pela Câmara tiveram influência na diminuição do desemprego porque, através delas, foram concretizados negócios. -----

Salientou que a Câmara, com tais medidas, pretende reforçar a competitividade das empresas, atrair investimento e dinamizar a empregabilidade, comentando que isso é fundamental. Disse concordar que o emprego deve ter tanta qualidade quanto possível mas que também é da opinião que, quando tal qualidade não é possível, é preferível que as pessoas tenham emprego, sempre com dignidade, do que não terem emprego nenhum. -----

Relativamente à Ação Social disse que, por mais que se fale em caridadezinha, não tem dúvidas de que essa é uma matéria fundamental para a Câmara, referindo que acompanha alguns dos programas e projetos desenvolvidos pela Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida e não vê neles nenhuma caridadezinha, antes pelo contrário. Frisou que são realizados muitos programas e ações que constantemente são atualizados para permitir dar resposta às necessidades existentes no momento e, no fundo, permitir alcançar a coesão social que, até agora, tem existido no Concelho. -----

Aludindo à área da Educação, destacou a atenção dada pela Câmara às instalações que, de



facto, têm sido muito melhoradas, tornando a escola mais atrativa, com a colocação de quadros interativos e computadores em todas as escolas. -----

Quanto ao Desporto disse que a perspetiva é que, em 2016, fiquem concluídos cerca de 16 campos de futebol com relvado sintético, o que lhe parece importante realçar. -----

Referiu, na área da Cultura, que com a manutenção dos grandes eventos, melhorando sempre que possível e envolvendo o maior número possível de associações, tem-se conseguido coisas interessantes, salientando que é preciso continuar com essa valorização. -----

Salientou que a crítica, anteriormente, era de que a Câmara estava endividada e que estava a ir à falência, depois que se pegou na questão da falta das redes de água e de saneamento e que, agora, a crítica prende-se com o estado da rede viária, sublinhando haver razão nessa crítica mas que, contudo, não é possível a Câmara fazer tudo de uma vez. -----

Em relação à questão do desendividamento da Câmara, que foi falada pelo membro Váler Amorim, disse que foi sendo dito nas sessões da Assembleia Municipal, ao longo dos últimos anos, que o forte endividamento que se estava a fazer haveria de regredir, e que tal ocorreu mais rapidamente do que era expetável devido ao PAEL. -----

Referiu, ainda, que a Lei dos Compromissos foi fundamental, comentando que se essa lei tivesse aparecido mais cedo talvez as câmaras municipais, e o próprio País, não tivessem chegado ao ponto a que chegaram. Frisou que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira consegue estar a pagar aos seus fornecedores em 17 dias mas que ainda há muitas câmaras a pagar a 100 ou 150 dias, bem como o próprio Estado, comentando que o futuro vai mostrar o que vai acontecer, no respeitante a essa matéria. -----

Voltando à questão da rede viária, disse estar previsto um grande investimento da Câmara na reabilitação da mesma, com uma verba na ordem dos 6 milhões de euros, ressaltando que essa não será suficiente mas que é a verba possível face ao Orçamento para 2016. -----

Referiu que o documento do Plano e Orçamento para 2016 foi cuidadosamente elaborado, que é muito realista e define os objetivos necessários para se conseguir o desenvolvimento do Concelho, propondo-se fazer não o que se desejaria, mas aquilo que é possível com o orçamento disponível que, para 2016, atinge o valor de 60 milhões de euros. -----

Realçou que, desses 60 milhões de euros, 60% é para Pessoal e para Aquisição de Bens e Serviços, com 27,2% e 32,76%, respetivamente, ressaltando que, depois, ainda é preciso pagar a iluminação pública, as refeições escolares, a fruta para as crianças, os transportes



escolares, a recolha e tratamento do lixo, e mais uma série de situações. -----

Fez sobressair que resta, para investimento, uma verba de 17 milhões de euros, dizendo ser essa a verba que a Câmara tem para fazer tudo aquilo que lhe é pedido, pelo que esta tem a necessidade de definir prioridades porque, caso tentasse fazer tudo o que lhe é pedido, acabaria por não fazer nada. -----

Para terminar, o membro Fernando Moreira disse querer brincar um pouco com coisas sérias, recordando que, a determinada altura, alguém dizia que a Câmara tinha de fazer a recuperação da Linha do Vale do Vouga, que tinha de recuperar a ligação da variante da Feira à IC2, fazer a requalificação da A1 e o túnel da Cruz, bem como fazer mais uma ligação à A32. Sobre isso disse esperar que, com o novo governo, tais obras sejam finalmente concretizadas, comentando que se as mesmas não forem contempladas no Orçamento de Estado para 2016 certamente o serão no ano seguinte, pelo que o Sr. Presidente da Câmara podia ficar descansado porque tais obras estão garantidas, ou não fossem os apoiantes deste governo os principais defensores da realização dessas obras. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que efetuou a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“A verdade é que, na discussão deste ponto, sobre as questões financeiras muito pouco há a discutir porque estão conforme a Lei, por isso não há muito a discutir. Há a discutir é a ideologia que está por trás do investimento, os dinheiros, daí as Grandes Opções do Plano. ----  
E há coisas que foram referidas que eu tenho de referir também. O Fernando Moreira disse que o caso das estradas não vai ser solucionado de uma vez, é verdade que não vai ser solucionado de uma vez e eu tenho muitas dúvidas que será solucionado neste mandato, tal é o estado de degradação em que elas se encontram e tal é a inércia a que se assistiu nos últimos anos. A verdade é esta, e contra a verdade não há argumentos, e a Câmara, até agora, não tem apresentado argumentos aceitáveis e plausíveis para o estado em que se encontram as vias em todo o Município. -----

Esta discussão de hoje torna-se bastante relevante, no nosso entender, quando estamos precisamente a meio do mandato. E apesar do El Dorado que se faz transparecer, muitas vezes, para a comunicação social, para os cidadãos, para tentar passar mensagens de propaganda, eleitoralistas, a verdade é que, respeitante ao poder de compra, a Feira tem

---



*[Handwritten signature and initials]*

apenas 80%, 83% para ser um pouco mais exato, da média nacional. E podemos pensar que era uma questão regional porque a Feira está aqui num enclave entre o litoral e o interior, até está no Norte mas está a sul do Douro, e sabemos que os investimentos que são feitos na Área Metropolitana do Porto geralmente são feitos mais a norte. Mas a verdade é que, na própria Área Metropolitana do Porto, a Feira encontra-se na cauda no respeitante ao poder de compra, encontra-se nos cinco mais baixos. Isto não tem sido muito referido e não parece que haja justificação para isto. -----

No documento que hoje analisamos assiste-se a uma repetitividade das grandes opções, e esta repetitividade existe porque se tem falhado em algumas coisas que se tem dito em anos anteriores. -----

E uma coisa eu partilho do que disse o Fernando Moreira, e que o CDS-PP também disse. É que o documento é bastante mais legível, tem uma apresentação bastante melhor e parece-me, também, mais claro. Verificou-se um avanço muito grande relativamente ao mandato anterior, também de ano para ano se tem registado este avanço, e saúdo a opção pela utilização da internet para a colocação dos documentos. Para mim, ajuda-me e facilita-me imenso, até para a divulgação e própria discussão interna na CDU. -----

Algumas questões mais concretas relativamente às Grandes Opções do Plano que nós trazemos este ano, e algumas são ainda repetidas do ano anterior porque, como disse há pouco, embora estivesse previsto que fossem solucionadas, não se solucionaram, e algumas delas dizem respeito, por exemplo, ao Ambiente. -----

É do conhecimento geral que nós temos bastantes divergências com o PSD no respeitante a questões ambientais, nomeadamente no respeitante às pedreiras. O PSD diz que está tudo bem, nós dizemos que não. São opiniões, não há propriamente factos que justifiquem, no nosso entender, a posição do PSD. Mas no que nesta área diz respeito, há questões para as quais a Câmara Municipal não tem defesa possível, dada a sua inoperância geral. -----

Refiro-me, por exemplo, às águas poluídas a céu aberto. Há anos que nós denunciámos questões destas e nada tem sido feito. Referimo-nos, por exemplo, às lixeiras de rua, que continuam a persistir e a surgir no nosso Município, e ainda não foi criada uma política efetiva ou de fiscalização, de proximidade, de informação, para evitar este tipo de situações. --

Uma das questões que deixamos diz respeito, precisamente, à fiscalização ao tratamento das matas do Município. Embora o nosso Município seja industrializado, temos uma vasta área de



*[Handwritten signature and initials]*

floresta e, no respeitante à floresta, no documento não me pareceu que estivesse bastante clara qual a posição, quais as grandes opções do Município para o próximo ano. -----

Outro aspeto de relevo é, já noutra área, a questão da habitação social. No ano passado o Sr. Presidente da Câmara referiu, quando questionado pela CDU, que estava a ser realizado um estudo respeitante à situação em que se encontrava a habitação social, pelo que vimos por este meio solicitar o estudo que pensamos que esteja já realizado. -----

Lembramos que, no respeitante à habitação social, pelo menos desde 2009, que diversas forças políticas, a CDU incluída, têm alertado e denunciado, têm apresentado requerimentos, por escrito e também de forma oral, aqui na Assembleia, para o estado de degradação de algumas destas habitações e, também, da envolvência destas habitações. Damos por exemplo talvez o caso mais mencionado na comunicação social, os dois bairros sociais de Fiães. Um tem uma fachada praticamente destruída, os dois têm os campos de jogos vandalizados, um dos quais está praticamente destruído fruto de uma construção inapropriada. Têm os parques infantis desatualizados, que não respeitam a legislação, e têm um aspeto de abandono na sua envolvência. O que é que a Câmara Municipal pretende fazer, efetivamente, no próximo ano? Sabemos que o estudo está feito, se têm o estudo têm os dados, o que é que pretendem fazer efetivamente? E em que bairros sociais? Por critérios e opções de construção civil menos apropriadas, sabemos que há bairros sociais que têm os azulejos da fachada constantemente a cair. -----

A própria Câmara Municipal refere no documento que a gestão da manutenção e conservação do parque habitacional do Município envolve a realização de ações de vistoria, acompanhamento, fiscalização, intervenção, quer ao nível de ações preventivas como corretivas. Facto que, na generalidade, não se tem verificado. -----

Outras questões dizem respeito à área da Educação. A questão que deixamos é bastante concreta. Qual o volume anual da bolsa de manuais escolares em segunda mão, manuais escolares reutilizados? É uma questão que valorizamos e gostávamos de saber qual o volume e qual a perspetiva para o próximo ano, se a Câmara Municipal tem intenção de, neste mandato ainda, avançar, à semelhança de outros municípios vizinhos e pelo País fora, com os manuais gratuitos. -----

Nós achamos também que, respeitante à Educação, o Município podia ir mais longe em questões ambientais. Vimos que há uma certa preocupação na questão ambiental, e até





referem o desenvolvimento da educação para o desenvolvimento sustentável, mas não há referência às novas metas das Nações Unidas para 2020, e não há referência a uma educação ambiental mais proactiva, mais ligada à realidade do Município, mais ligada, por exemplo, à floresta do Município, de dar a conhecer mais a floresta aos nossos jovens, das nossas potencialidades, das nossas espécies arbóreas, únicas no Município e na zona Norte. -----

Ainda na Educação, referir a educação digital. Achamos que nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano, a Câmara Municipal está a falhar no respeitante à educação digital porque não está a potenciar aquilo que é a maior preocupação, atualmente, dos especialistas, que é no respeitante à prevenção. Sabemos que os nossos jovens já são nativos digitais, que utilizam, mas é preciso saber como utilizar. Nós estamos na fase do saber utilizar e, se calhar, era da Câmara Municipal apostar mais nas questões de sensibilização para a utilização do digital, numa atualização mais proactiva. Sabemos que há municípios que aderiram, por exemplo, ao ensino da programação para crianças, para que as crianças não sejam meros utilizadores mas sejam, também, criadores de software e percebam como é que as coisas realmente funcionam.-----

Porque se há uns anos nós criávamos um Centro Net, porque era aquilo que era preciso porque as pessoas não tinham internet em casa, os centros Net hoje continuam a ser importantes, especialmente para as pessoas mais carenciadas, mas as estatísticas indicam que a generalidade das pessoas têm internet em casa e que não a utilizam da forma mais eficiente.- E aqui, também, a questão dos idosos. Sabemos que os idosos são vistos, na generalidade, como infoexcluídos ou digitalmente excluídos. O que pretende a Câmara fazer para combater isto no nosso Município, em que temos uma vasta população idosa? Confesso que não vi, no documento, qualquer tipo de referência neste sentido. Não sei se existe, depois o Sr. Presidente da Câmara irá responder. -----

Ainda no respeitante à Educação, mas já na área das infraestruturas, num requerimento apresentado por nós, questionada sobre questões do fibrocimento com amianto, a Câmara Municipal elencou uma série de edifícios com fibrocimento, mas que não sabia se este fibrocimento continha, ou não, amianto. Qual o número de edifícios, mais ou menos ao certo, que preveem intervencionar no próximo ano, e o que pretendem fazer com as infraestruturas que estão abandonadas? Sabemos que muitas escolas fecharam, outras foram deslocalizadas, e os edifícios continuam fechados, sem uma perspetiva de utilização ativa em prol da sociedade.



No respeitante ao Desporto apresentamos, outra vez, uma questão que é repetida, sobre o parque desportivo de Sanfins. Será no próximo ano? Será, ou não, neste mandato? -----  
Achamos ainda que as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal deveriam ir ao encontro de uma fiscalização mais ativa que, de facto, no nosso entender não tem acontecido. Nós temos denunciado e questionado através de requerimentos pelo facto de existirem, por exemplo, indústrias a laborar em garagens de prédios habitacionais. E depois a Câmara Municipal apresenta uma resposta que é antagónica com aquela que é a resposta dos feirenses. Os feirenses têm uma resposta, têm uma visão do problema porque o vivem no terreno, o vivem no dia a dia, sofrem com o problema, e a Câmara Municipal apresenta uma resposta sem apresentar, na realidade, factos que justifiquem a sua resposta. Os cidadãos apresentam-nos as cartas que enviaram à Câmara Municipal e as respostas que a Câmara Municipal lhes enviou, e o problema persiste. -----  
Por isso, achamos que a Câmara Municipal devia apostar mais na questão da fiscalização, não só nestas áreas como também, como dizia há pouco, na questão ambiental, por exemplo.”-----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, para dar os esclarecimentos tidos por convenientes. Começando por aludir às questões colocadas pela deputada municipal Margarida Gariso, disse que tem sido apanágio acusar a Câmara de falta de transparência e falta de rigor, mas que isso não é verdade, salientando que a Câmara cumpre a lei e está sujeita a uma fiscalização intensiva.-----

Sobre a questão da diminuição do investimento verificada nos últimos dois anos, disse ser verdade, explicando que essa situação prende-se, essencialmente, com a situação dos fundos comunitários, nomeadamente pelo facto das obras estarem concluídas e os respetivos fundos executados.-----

Em relação a dizer que não acredita no trabalho da Câmara em prol da empregabilidade, e da afirmação de que o desemprego no Concelho diminuiu em apenas 20%, disse ter outros números, ressaltando que os números que normalmente utiliza são os do INE, e alguns da União de Sindicatos de Aveiro. Disse que, pelos números recentes que tem, são cerca de 7.500 os desempregados no concelho de Santa Maria da Feira, quando já foram mais de 10 mil, o que dá uma diminuição superior a 20%.-----

Referiu nunca ter dito que foi ele próprio a promover o emprego ou a diminuir o desemprego,



mas que é da opinião que a Câmara tem feito um trabalho incentivador da empregabilidade, no apoio às empresas. Disse considerar que quando se fala na plataforma Bizfeira, que visa interligar o tecido empresarial feirense ao mundo; quando se faz diplomacia económica e missões empresariais; quando se elabora uma brochura bilingue para divulgação do território, das indústrias e do que melhor se faz em Santa Maria da Feira; quando investidores estrangeiros vêm ao território; quando se desenvolve o serviço Via Verde Empresas para facilitar a vida às empresas nos seus processos de licenciamento urbanístico; quando se isenta as empresas de taxas urbanísticas, em processos de legalização; quando se tem algumas empresas a irem com o Presidente da Câmara ao INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência; quando se tem exportadores da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a vir ao Europarque apresentar os seus projetos; quando se tem entidades formativas a vir ao território dar formação por ações promovidas pela Câmara, está-se a falar de medidas que têm influência na redução do desemprego em Santa Maria da Feira, mas que a deputada municipal Margarida Gariso estava no seu direito ao não pensar dessa forma. Frisou que o que lhe apraz registar é que se constata uma significativa redução do desemprego verificado no concelho de Santa Maria da Feira.-----  
Sobre o FeiraPark disse querer esclarecer que a associação FeiraPark não é dona dos terrenos nem do edifício, mas sim que faz a gestão de edifício incubador de empresas, que vai continuar a funcionar. -----

Em relação ao Parque Empresarial da Cortiça (PEC) disse que a Câmara não extinguiu o PEC, fazendo notar que foram feitos os estudos necessários e que se constatou que, na altura, o projeto não era viável do ponto de vista financeiro. Referiu que a Câmara não conseguiu encontrar para o PEC, como encontrou para o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), um parceiro privado, pelo que os lotes teriam de ser vendidos a preços de tal maneira elevados que tornou inviável o projeto. -----

Sobre o Europarque disse que a gestão partilhada sempre foi o objetivo da Câmara, ressaltando, contudo, que a Câmara não vai partilhar a gestão com alguém que só tenha interesse em sacar o dinheiro. Referiu que na altura em que a Câmara conseguir um parceiro privado, ele terá de estar de corpo e alma e terá de acrescentar alguma coisa ao projeto, caso contrário não vale a pena. -----

Em relação à crítica da falta de planeamento da requalificação da rede viária, disse ver essa



crítica ser feita sistematicamente, pelo que iria explicar qual foi o processo de planeamento adotado pela Câmara. Explicou que a Câmara Municipal consultou todas as juntas de freguesia para que indicassem as ruas que precisavam de intervenção e definissem as suas prioridades, pedindo-lhes para usarem alguns critérios para fazerem essa definição, como por exemplo as ruas com mais trânsito, ruas principais, ruas que fazem ligações de freguesias, entre outros. Disse que, mediante essa informação das juntas de freguesia, foram os técnicos da Câmara ao terreno para avaliar as características das ruas e que tipo de intervenção precisavam, tendo sido, na sequência desse trabalho, aberto um primeiro concurso para serem intervencionadas um conjunto de ruas, de acordo com as prioridades definidas. Referiu que, entretanto, foi aberto um segundo concurso para mais um conjunto de intervenções, destacando que outros concursos se seguirão. Salientou ter sido essa a forma de planeamento encontrada pela Câmara, e que a considera adequada. -----

O Sr. Presidente da Câmara aludiu, de seguida, à intervenção feita pelo membro Válder Amorim e às questões por ele colocadas, dizendo que, de facto, o CDS-PP apresentou um conjunto de sugestões políticas, em sede de preparação do Plano de Atividades e do Orçamento, e que as mesmas estão, na sua generalidade, plasmadas no documento apresentado pela Câmara Municipal.-----

Sobre a Ação Social, referiu que os números que aparecem no Orçamento não representam, muitas vezes, aquilo que efetivamente é feito no Município, ressaltando que a política social existente em Santa Maria da Feira é muito assente numa rede social que tem cerca de 110 parceiros. Frisou que muito do investimento feito na área social não é feito diretamente pela Câmara, mas sim através de entidades que a Câmara apoia, incentiva ou delega, dizendo que esse modelo tem funcionado bem e que o considera enriquecedor para o Município.-----

Salientou que mais do que chamar à própria Câmara a liderança dos projetos, a política desta passa muito mais por capacitar os atores que estão no terreno, que estão mais próximos das populações, naturalmente com o acompanhamento dos técnicos da Câmara e com o apoio no sentido de obter financiamentos comunitários. Aludiu ainda às reuniões frequentes do Conselho Local de Ação Social (CLAS) onde os intervenientes participam, dialogam, analisam os problemas e procuram obter respostas, frisando serem frequentes as reuniões com a Segurança Social no intuito de ajudar a encontrar essas respostas e financiamento para as mesmas.-----



Referiu ser da opinião que essa política que assenta muito na rede social, que responde à maior parte dos casos sem a necessidade de intervenção direta da Câmara, é uma boa política, ressaltando que ouve falar, muitas vezes, de uma verba de 100 mil euros para esta ou aquela rubrica mas que esses 100 mil euros representam, muitas vezes, 1, 2 ou 3 milhões de euros, porque esse dinheiro já está distribuído pelo território. -----

Em relação à questão dos horários de funcionamento das creches e infantários, principalmente para os pais que trabalham em horários diferentes do habitual, nomeadamente horários noturnos, disse imaginar tratar-se de uma situação complicada para esses pais mas que não estava a ver a Câmara a ter capacidade de resposta para essas situações, sublinhando que terá de haver uma outra solução e que essa poderá ser, até, uma oportunidade de mercado. -----

Sobre a requalificação das zonas industriais disse que agora existe, no Concelho, o PERM, dizendo tratar-se de um parque empresarial de excelência que pode ser visitado por quem quiser, acrescentando que o FeiraPark vai ser intervencionado em breve e que também ele vai ser um parque empresarial de excelência. Salientou que as zonas industriais de primeira geração têm as suas limitações porque foram concebidas de uma determinada forma, dizendo que, apesar disso, a maioria dessas estão ocupadas quase na totalidade, daí que a Câmara tenha, na última revisão do PDM, ampliado para o dobro a área industrial do Concelho, aumentando a oferta existente no respeitante a essa matéria. -----

Em relação ao Europarque, fez sobressair que os congressos são uma componente, da mesma maneira que são os eventos, destacando que o Europarque é um centro de congressos, é um centro cultural e é um centro de eventos. Disse que a parte que admite ser mais difícil de rentabilizar é a parte cultural, salientando que o investimento que é preciso fazer para trazer grupos ou espetáculos que realmente atraiam o público é muito elevado, tal como é elevado o risco de correr mal na bilheteira. Ressaltou que poderá haver um ou outro espetáculo que se entenda interessante fazer, mesmo trazendo prejuízo, mas que esses serão casos excepcionais, sublinhando que o grande rendimento do Europarque terá a ver com a realização de congressos e eventos, destacando que ele está concebido para isso mesmo e que essa será a sua grande missão. -----

Referiu estar a pensar-se atribuir uma segunda missão ao Europarque por se considerar que o mesmo tem todas as condições para se tornar no grande Parque da Cidade, frisando que a Câmara Municipal já tem incentivado essa valência e que são já muitas as pessoas, e grupos



*[Handwritten signatures and initials]*

de pessoas, que vão, ao final do dia, para o complexo do Europarque fazer caminhadas e fazer ginástica.-----

Disse, ainda a respeito do Europarque, estar a ver que existe alguma confusão quanto ao que foi cedido, pelo Estado, à Câmara Municipal, explicando que o que foi cedido foram as partes do edifício, do estacionamento, do restaurante, esclarecendo que essa parte vai do pequeno ribeiro que ali passa, para norte. Realçou que todos os outros terrenos da envolvente, e até algumas das ruas de acesso, não pertencem ao espaço que foi entregue à Câmara, que o que foi cedido à Câmara foi uma área de 189.000 m<sup>2</sup>, estando a Câmara em negociações com a associação Europarque no sentido de lhe ser cedido a restante área, de cerca de 310.000 m<sup>2</sup>, onde se inclui os acessos, a rua pedonal que vai dar ao Visionarium, a zona verde junto à linha de água, entre outras, exatamente para que sejam preservadas e para que se possa promover o Parque da Cidade que falou.-----

Em relação às parcerias, disse que a Câmara está a trabalhar nisso, que inclusivamente já reuniu com eventuais parceiros mas que, no entendimento da Câmara, nenhum deles acrescentava mais-valia. Frisou que o objetivo dos privados é, naturalmente, o lucro, ressaltando que a Câmara tem que acautelar e ser prudente ao avaliar se vale a pena, ou não, ter algum parceiro na gestão do Europarque.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira, disse ser completamente falso que o rigor da Câmara passe por dar primazia aos números em detrimento das pessoas. Referiu, contudo, achar fundamental que a Câmara tenha dinheiro para, ao fim do mês, pagar para quem ela trabalha, pagar aos seus fornecedores atempadamente, caso contrário poderá até estar a contribuir para que um fornecedor entre em falência e, desse modo, a contribuir para o aumento do desemprego. Disse que está tudo relacionado, ou seja, as pessoas, o rigor, o cumprimento atempado dos compromissos, fazendo notar que, na sua opinião, ao agir deste modo a Câmara está a trabalhar em prol das pessoas e não a pôr os números à frente das pessoas.-----

Sobre o aumento da receita do IMI realçou que o IMI tem vindo a ser, ao longo dos anos, a grande receita das autarquias e que é usada para suprir as muitas isenções e diminuições de impostos que os governos centrais foram atribuindo e que recaem, geralmente, sobre as receitas municipais.-----

Salientou que, como já explicado pelo membro Fernando Moreira, o aumento da receita do



IMI tem a ver com o facto de, ao longo dos últimos anos, ter havido muita construção, tem a ver com o fim dos períodos das isenções, entre outras razões. Reafirmou que a grande receita do Município, a par das transferências do Estado, é a receita do IMI, frisando que se o que se quer é ter um poder local com uma mínima capacidade de atuação, não se pode ter a veleidade de pensar que isso pode ser feito sem receitas, destacando que o Estado Social é isso mesmo, é o Estado cobrar receita por via de impostos ou taxas para, depois, aplicar esse dinheiro em prol da sociedade. -----

Em relação à questão sobre o orçamento para as funções sociais baixar, disse já ter explicado que é preciso perceber o conceito de rede social que existe em Santa Maria da Feira. -----

Sobre a questão da diminuição do desemprego estar associada à emigração, referiu ser verdade que se verificou alguma emigração de pessoas do Concelho mas que apraz-lhe registar que, segundo os Censo de 2011, o Município de Santa Maria da Feira tinha 139.312 habitantes e que, segundo dados recentes do INE, já ultrapassa os 140.000, o que significa que a população do Município não diminuiu, que apresenta algum equilíbrio, o que não aconteceria caso tivesse ocorrido a emigração maciça que se fala. -----

Em relação às Juntas de Freguesia recorrerem aos Contratos Emprego-Inserção, disse considerar que fazem muito bem, realçando que as próprias pessoas preferem, muitas vezes, estar a trabalhar numa junta de freguesia do que estar em casa sem fazer nada. Disse achar que é um bom recurso que o Estado deve ter, comentando achar bom que as pessoas que não têm outra ocupação possam ser úteis à sociedade. -----

Sobre dizer-se que o Presidente da Câmara só fala dos empresários, e nunca nos trabalhadores e nas suas condições de trabalho, disse que lhe apraz registar que hoje, cada vez mais, o Município está munido de uma classe de empresários com nível, que se preocupam com o bem-estar dos seus trabalhadores e com as condições de trabalho que eles têm, ressaltando conhecer muitos exemplos de uma grande ligação e solidariedade dos empresários para com os trabalhadores. -----

Disse também ficar satisfeito ao saber que em Santa Maria da Feira, no setor da cortiça, por exemplo, o salário mínimo praticado é superior a 700 euros, muito acima do salário mínimo nacional, e que é igual para homens e mulheres, mas que mesmo assim os empresários não gostam de se vangloriar disso porque entendem que, mesmo assim, o salário ainda é baixo, o que é verdade. Frisou que, portanto, esse paradigma de luta entre o empresário e trabalhador é



cada vez menor. -----

Em relação ao comentário de que mudou o ar que se respira, disse que não ia contribuir para esse campeonato, ressaltando que quer continuar a respirar o mesmo ar que o Moisés Ferreira e qualquer feirense respira, referindo que é perfeitamente legítimo que as pessoas tenham ideias completamente diferentes, mas quer continuar a tomar café com qualquer pessoa, que quer passar pelo Moisés Ferreira em qualquer parte do mundo e cumprimentá-lo como um vizinho, dizendo achar que isso é importantíssimo. -----

Quanto à intervenção efetuada pelo membro Filipe Moreira referiu, sobre a questão do poder de compra, que o Município tem vindo a melhorar, encontrando-se com um índice de 84,7%. Disse saber que há trabalho a fazer, que não está satisfeito, de maneira nenhuma, porque gostava que Santa Maria da Feira estivesse em primeiro lugar, mas que é da opinião que Santa Maria da Feira está no bom caminho e tem vindo a melhorar os seus indicadores. -----

Disse ficar satisfeito com a menção feita à melhoria do documento relativo ao Plano e Orçamento, dizendo que o mérito também tem de ser dado aos técnicos que o elaboram. Referiu que, numa reunião que tivera com o ROC do Município, este disse que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira é um exemplo no tratamento dos documentos, quer do ponto de vista do Orçamento quer das Contas, e que não se cansava de o referir, facto que o deixou agradado. -----

Sobre a questão das águas poluídas a céu aberto disse admitir que possa ocorrer uma ou outra situação pontual, referindo haver um serviço da Guarda Nacional Republicana, nomeadamente o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), que funciona muito bem e que pode ser chamado sempre que alguém tenha conhecimento de uma situação do género. Reafirmou admitir que, num território tão grande como é o de Santa Maria da Feira, um ou outro caso possa acontecer, reconhecendo que tais situações devem ser evitadas.-

Relativamente às lixeiras, às montureiras, referiu que os serviços da Câmara fazem a limpeza das mesmas com muita frequência mas que, infelizmente, há muita falta de civismo das pessoas no que respeita a essa questão. Disse não perceber porque é que as pessoas hão de ir depositar um sofá, por exemplo, numa dessa montureiras se isso dá mais trabalho do que telefonar para a Junta de Freguesia, ou para a Câmara Municipal, a pedir para que seja feita a recolha do mesmo no seu domicílio, dado que as autarquias prestam esse serviço. -----

Salientou que a fiscalização das matas também é feita, sublinhando que a Câmara Municipal e





as Juntas de Freguesia têm feito um trabalho pedagógico a esse respeito. Disse haver uma questão que carece de cuidado, que se prende com o facto dos proprietários das matas serem, muitas vezes, pessoas idosas e pobres, que não têm força física nem capacidade financeira para pagar a alguém para proceder à limpeza, ressaltando que, portanto, é preciso ter alguma prudência nesses casos. Referiu que também o SEPNA atua nessa matéria, reforçando que a Câmara tem agido de uma maneira pedagógica no sentido de que seja feita a limpeza das matas, principalmente junto às habitações e às indústrias.-----

Em relação à questão do estudo sobre as habitações sociais existentes no Concelho, deu nota da existência de uma equipa técnica da Câmara que tem o processo das habitações sociais e que faz o acompanhamento das mesmas. Frisou que as intervenções vão sendo feitas ano a ano, seleccionando-se um bairro e fazendo-se nele as obras necessárias, ressaltando não ser possível fazer tudo de uma vez até porque são muitas as habitações sociais pertença da Câmara, acrescentando que não tinha em mente o que está previsto intervencionar referente às habitações sociais.-----

Quanto à envolvente dessas habitações, disse ser verdade que há umas melhores, outras piores, destacando que muitos casos foram alvo de sucessivas intervenções e que a Câmara procura, sempre, ir melhorando, mas que não é possível responder a tudo.-----

Sobre a questão dos manuais escolares usados disse que, caso a Câmara tivesse a informação solicitada, que posteriormente a mesma seria fornecida ao membro Filipe Moreira.-----

Em relação ao ensino da linguagem de programação nas escolas, informou que esse desafio já foi colocado pela própria Câmara aos agrupamentos, dizendo que ele próprio tem feito algumas démarches para ver se consegue que alguma instituição comece a desenvolver processos de aprendizagem da linguagem de programação. Sublinhou que os agrupamentos do Concelho já estão a trabalhar para que as crianças do 1.º ciclo comecem a ter o ensino da linguagem de programação, dizendo também considerar esse ensino como sendo fundamental para o território de Santa Maria da Feira.-----

Relativamente aos idosos, informou que a Câmara tem o Plano Estratégico para a Terceira Idade, que vai continuar a ser desenvolvido durante o ano de 2016, mantendo-se um conjunto de atividades e programas que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, sempre em colaboração com as juntas de freguesias, dinamizando-se atividades como as olimpíadas seniores, o dia dos avós, as matinês dançantes, entre outras.-----



*[Handwritten signature and initials]*

No que respeita à questão sobre o fibrocimento com amianto, disse que esses materiais foram retirados de mais duas escolas e que restarão, no Concelho, entre três a cinco escolas nessa situação, sublinhando que essa questão está em vias de ficar totalmente resolvida. -----

Sobre as escolas que encerraram devido à diminuição de alunos, disse que a política da Câmara tem sido atribuir esses espaços a associações locais, que a regra tem sido essa, frisando que a melhor solução para os espaços é sempre encontrada em coordenação com a respetiva junta de freguesia. Ressaltou que, por vezes, as juntas pretendem dar outro destino, e nesse caso é feita a devida articulação, fazendo notar que também já ocorreu dois ou três casos em que não houve interesse em manter o espaço, tendo a Câmara procedido à venda dos mesmos. -----

Em relação às indústrias que estarão a funcionar em garagens de habitações, disse não ser uma situação normal, que será averiguada pela Câmara no sentido de dar resposta. Salientou, contudo, que existem algumas atividades que podem ser feitas em casa, dizendo recordar-se que muitas pessoas que trabalhavam no setor da cortiça ou do calçado, tinham uma bancada na sua garagem, onde trabalhavam a cortar rolhas ou a cozer sapatos e, dessa forma, completavam o rendimento da família. Concluindo, referiu que caso alguém tenha conhecimento de algum caso mais grave, então que pode informar a Câmara Municipal dessa situação, e a mesma averiguará a situação. -----

-----  
Interveio novamente a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS), que começou por aludir ao Parque Empresarial da Cortiça (PEC) para dizer que, uma vez mais, a Câmara apresentou esse projeto a destempo, dizendo que a Câmara é afoita, mesmo no novo ciclo, a andar atrás do prejuízo, ressaltando que quando as coisas surgem a destempo é natural que culminem em terem de terminar. -----

Disse, contudo, que a questão que colocou prende-se com o investimento feito no terreno onde seria construído o PEC, bem como o investimento feito, de milhões de euros, no troço da via Feira/Nogueira que foi contruído naquela zona. Questionou o que está previsto a Câmara fazer para rentabilizar todo o investimento feito naquele local e que se encontra ao abandono. -----

Relativamente à rede viária e sobre a metodologia seguida pela Câmara, de ouvir os presidentes de junta para que estes indicassem as vias que careciam de intervenção, disse que

---



*[Handwritten signature and initials]*

o grupo municipal do PS entende de forma diferente, ou seja, entende que planeamento é a Câmara ter conhecimento de toda a rede viária e fazer, ao longo do tempo, a previsão das obras que são necessárias, de curto, médio e longo prazo, sem ter de perguntar a ninguém porque essa gestão é da Câmara Municipal. -----

Salientou que, para além disso, depois verifica-se aquilo que aconteceu com o concurso para a 2.ª fase do arranjo das estradas, que do valor inicial previsto, de mais de 1 milhão de euros, passou para cerca de 600 mil euros, ou seja, uma redução de mais de 400 mil euros. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara congratula-se por isso mas que, para ela, ou quem projetou não sabia o que estava a fazer e houve uma margem de erro de quase 50%, ou então o que vai acontecer é que se vai fazer remendos, e não as coisas como devem ser feitas, com durabilidade, levando a que daqui por alguns anos, ou daqui por alguns meses, as estradas estejam em condições de serem novamente intervencionadas. Disse ser esse o receio do grupo municipal do PS e que, inclusivamente, já ouviu alguns presidentes de junta de freguesia a partilharem dessa preocupação, reafirmando que, para o grupo municipal do PS, a gestão passa por conhecer bem a realidade, planear a intervenção e fazer conforme tem que ser feito, projetando o investimento a mais longo prazo para que os cidadãos não estejam sempre a ser prejudicados com estas matérias. -----

Em relação à boa gestão disse que, para o grupo municipal do PS, boa gestão não é só apresentar os documentos com transparência, embora isso seja relevante, comentando que também registava uma evolução positiva nesse aspeto. Realçou que boa gestão é, também, a forma como os contratos são preparados, a forma como os contratos são executados e a forma como os contratos são fiscalizados, comentando serem raras as reuniões de Câmara onde não há ajustes diretos, com consulta a apenas uma empresa, onde não há prorrogações de prazos a contratos iniciados, onde não há alterações a esses mesmos contratos. Frisou que tudo isso tem custos que podem ser evitados, sublinhando que aquilo que se ganha com uma boa e eficiente gestão poderia ser investido, por exemplo, na área social. -----

Relativamente à questão do desemprego referiu ter sido o Sr. Presidente da Câmara a dizer à comunicação social que foi por sua intervenção direta que o desemprego diminuiu no Concelho, comentando que quem não quer ser lobo não lhe veste a pele. Frisou que o Sr. Presidente da Câmara não pode fazer tal afirmação a menos que a consiga comprovar, que não pode dizer que fez implementar uma série de medidas, que representam um gasto para o



erário público, mas que não se consegue medir o resultado delas e, assim sendo, não se consegue saber se o dinheiro gasto nessas medidas foi bem gasto. -----

Referiu ainda que, feita a análise comparativa com a realidade verificada nos outros municípios, no período compreendido entre janeiro de 2014 e setembro de 2015, o desemprego no município de Santa Maria da Feira baixou 20% quando, no conjunto dos municípios da Área Metropolitana do Porto, houve uma redução média de 21% e, nos municípios do distrito de Aveiro, uma redução média de 24,5%. Frisou que o grupo municipal do PS, porque efetivamente deseja que o desemprego diminua em Santa Maria da Feira, teve a curiosidade de fazer tal comparação para ver onde estava a intervenção direta do Sr. Presidente da Câmara e onde estava o resultado dessa intervenção. -----

Sobre o Europarque disse existir uma história de prejuízos de milhões de euros e que a conclusão a que se chega é que o elo mais fraco é sempre o contribuinte porque, no final, se mais nada acontecer, é o contribuinte que paga, comentando que o grupo municipal do PS quer acautelar para que tal não aconteça. Sublinhou que o Sr. Presidente da Câmara andou a negociar com o governo, durante um ano, a cedência do Europarque, questionando o porquê de não ter conseguido negociar com os municípios da região norte a partilha da gestão do equipamento, com tudo o que isso representa em termos de direitos e obrigações, nomeadamente na assunção das despesas. -----

Destacou que enquanto a Câmara andar a injetar dinheiro no Europarque sem que haja uma solução de sustentabilidade não poderá reduzir o IMI, não poderá reduzir a participação sobre o IRS, não poderá reforçar o apoio às juntas de freguesia e às associações porque, no final, está a pagar uma solução que não foi a mais correta, no respeitante ao Europarque. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Margarida Gariso fez sobressair que é desejo do grupo municipal do PS que, estando o Europarque localizado no Concelho, o mesmo tenha sucesso, mas que tal sucesso seja alcançado de uma forma estruturada, pensada, sustentada e com responsabilidade. -----

-----  
Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD) que disse que iria falar um pouco de gestão, de rigor, de números e de pessoas. -----

Sobre a afirmação de que não havia rigor na gestão e que o investimento, nos últimos dois anos, reduziu 500 mil euros por mês, ressaltou que também podia dizer que a dívida da

---



Câmara reduziu mais de 750 mil euros por mês, e que isso é rigor. -----

Em relação ao IMI disse já ter sido explicado que a receita arrecadada aumentou por diversas razões, como a maior eficiência em termos de avaliação, o fim do período de algumas isenções, entre outras. Quanto à comparação feita entre duas famílias, a propósito do IMI familiar, fez sobressair que uma família com 2 filhos e com muitos rendimentos terá, certamente, uma casa muito mais valiosa do que aquela que terá uma família com menos rendimentos, sublinhando que o valor a pagar é sobre o valor do imóvel e, portanto, sendo o imóvel mais modesto o valor a pagar de IMI será mais baixo. -----

Sobre o IRS disse que a explicação também já foi dada, ressaltando que um casal com um rendimento de 1000 euros, sem qualquer tipo de dedução, paga uma taxa de IRS de 8%, ou seja, 80 euros, e que uma participação de 5% desse valor é 4 euros, ressaltando que quem tem rendimentos inferiores não paga IRS. Sublinhou que caso fosse reduzida a participação sobre o IRS estar-se-ia a beneficiar aqueles que têm maiores rendimentos, destacando que 5% de quem desconta 20.000 euros é dinheiro, mas que 5% de quem desconta zero, é zero. -----

Em relação à afirmação de que o problema é que os números não chegam às pessoas, que os rendimentos não chegam às pessoas, disse que têm de ser faladas uma série de situações, explicando que quando se diz que o prazo médio dos pagamentos da Câmara passou, nos últimos anos, de 200 dias para 20 dias, está-se a dizer que o dinheiro chega às pessoas mais rapidamente. Destacou que, quando se fala de números e de rigor, todos os indicadores demonstram melhorias, desde a autonomia financeira, o endividamento, a liquidez, fazendo sobressair que os relatórios feitos pelo ROC revelam isso mesmo. -----

No respeitante ao PEC disse que a estrutura do setor da cortiça, felizmente, alterou-se, ressaltando que o que o surpreende é que quando se tenta legalizar as empresas que estão inseridas no meio de centros urbanos, há quem tente criar uma série de dificuldades. Fez sobressair que essa legalização não é permitida por influência da Câmara Municipal, mas sim pela legislação nacional, referindo que alguns não têm problemas em defender que tais empresas devem ser deslocalizadas para zonas indústrias sem pensar no interesse das pessoas que laboram nessas empresas, frisando que fazer chegar os números às pessoas é também ajudar nesses aspetos. Salientou que, neste momento, existem três grupos que já representam 80% do setor da cortiça e que, no seu entendimento, a preocupação maior deve ser a de dar condições às empresas mais pequenas para que estas possam crescer e ajudar as pessoas,



*[Handwritten signature and initials]*

evitando-se os monopólios, daí concordar que a Câmara adote políticas ativas para dar mais apoios às pequenas empresas. -----

Em relação à questão do Europarque referiu que caso o governo tivesse atribuído o Europarque a privados, então que a discussão seria à volta da incompetência da Câmara porque tinha deixado fugir um equipamento daqueles. Sublinhou que a Câmara, com muita coragem, disse que ia assumir a gestão do Europarque apesar das muitas dificuldades que a mesma trará, tal como teve muita coragem na luta que decidiu fazer contra o desemprego através, por exemplo, da dinamização do empreendedorismo e da redução da carga fiscal. -----  
Concluindo a sua intervenção, referiu que os números têm de chegar às pessoas e que a Câmara Municipal está a trabalhar para que isso aconteça. -----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por, em relação ao Parque Empresarial da Cortiça (PEC), esclarecer que não foi criada nenhuma empresa PEC, explicando que o PEC seria um parque empresarial, que foram feitos os estudos tendo em vista a sua concretização e que se chegou à conclusão que não valia a pena avançar com esse projeto. -----

Em relação ao investimento feito na via de acesso que serviria o PEC informou que aquela é um troço da via Feira/Nogueira e que, na altura, foi aproveitada a oportunidade para, através de uma candidatura aos fundos comunitários, se fazer aquele troço, dizendo considerar que essa oportunidade foi bem aproveitada. -----

Sobre o planeamento para a reabilitação da rede viária disse ser evidente que a Câmara tem conhecimento de toda a rede viária concelhia, fazendo notar que os técnicos da Câmara andam todos os dias no terreno e sabem perfeitamente quais são as ruas que carecem de intervenção mais prioritária. Ressaltou que, apesar disso, a Câmara entendeu promover o envolvimento das juntas de freguesia nesse planeamento porque, no seu entendimento, é o método o mais correto. -----

Quanto a dizer-se que a Câmara adjudica as obras por preços baixos, disse ter conhecimento de empresários que dizem não concorrer aos concursos lançados pela Câmara porque acham os preços base muito baixos e outros que, ainda assim, apresentam preços abaixo 30 ou 40% do preço base, fazendo notar que isso é o mercado em funcionamento. Frisou que os projetos são feitos com rigor, que a fiscalização é feita com rigor e que não tem razão para desconfiar

---



dos técnicos que fazem esses trabalhos, ressaltando que fica satisfeito por a Câmara estar a conseguir bons preços, desde que o trabalho seja bem feito, e que triste ficava caso lhe dissessem que a Câmara estava a ser incompetente porque estava a fazer as obras a preços muito caros. -----

Sobre a questão dos ajustes diretos realçou que se os sucessivos governos, de diferentes partidos, têm vindo a prever esse regime é porque entendem que há razão para isso. Referiu que o ajuste direto não é, como alguns querem fazer crer, um procedimento de menor transparência, informando que muitas vezes a Câmara opta pelo ajuste direto porque pretende obter uma determinada qualidade do serviço, dado o projeto e a especificidade que algum trabalho possa ter, acrescentando ainda que todos os municípios, de todos os partidos, recorrem a esse procedimento. -----

Quanto às prorrogações de prazos para o término das obras, sublinhou que o quadro legal prevê essas prorrogações e que a Câmara cumpre estritamente a lei. -----

Sobre a crítica de que a Câmara não sabe para onde quer ir, retorquiu dizendo que a Câmara sabe muito bem para onde quer ir e sabe muito bem aquilo que faz. -----

Sobre o desemprego verificado no Concelho referiu que a deputada municipal Margarida Gariso insiste em dizer que o desemprego baixou, em Santa Maria da Feira, 20%, mas que os dados que tem são outros, ou seja, que de mais de 10.100 desempregados passou para cerca de 7.500, o que dá uma diminuição superior a 20%. Saliu que, contudo, não iria estar a discutir a percentagem da descida porque, para ele, o que é importante é que o desemprego diminua, fazendo sobressair que sempre que se cria um emprego uma família fica com um grave problema resolvido, e que é isso que conta. -----

Nesse âmbito disse que se as pessoas não quiserem relacionar as ações que o Município tem desenvolvido, de promoção da atividade empresarial, de internacionalização de empresas, de ajuda nos processos de legalização e de certificação, na elaboração de uma brochura de promoção do território, entre outras, que estão no direito de o fazer mas que, no seu entendimento, essas ações tiveram influência na dinâmica de negócios existente no Concelho e na promoção do emprego. -----

Informou, a título de exemplo, que todas as sextas-feiras juntam-se no Europarque 40 empresários, que constituem um grupo do BNI – Business Network International, com o intuito de conversarem sobre negócios e partilharem informação, ressaltando que esses



encontros estão a acontecer por ação da Câmara Municipal. -----

Em relação ao Europarque referiu que, se bem percebeu, a deputada municipal Margarida Gariso é da opinião que o Município devia assumir o Europarque mas que deveria partilhar a gestão do mesmo com os outros municípios da Área Metropolitana do Porto, partilhando esses municípios os prejuízos, caso os houvesse. Questionou à deputada municipal se a mesma achava que algum desses municípios iria alinhar nesse modelo, ainda mais quando ouviu as reações de alguns desses autarcas, que disseram que o Europarque podia acabar porque iriam construir, no seu município, o seu próprio centro de congressos. -----

Realçou que a solidariedade municipal é muito bonita mas que cada um puxa a brasa à sua sardinha, dizendo não estar a ver os municípios a meterem dinheiro do seu orçamento para cobrir prejuízos do Europarque, ou de outro qualquer equipamento metropolitano, como por exemplo a Casa da Música que dá um prejuízo de 2 ou 3 milhões de euros por ano.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse esperar que o Europarque venha a realizar os eventos necessário à obtenção de uma receita que lhe permita alcançar o equilíbrio financeiro, dizendo saber muito bem que o Município de Santa Maria da Feira tem de se fazer à vida, no que respeita ao Europarque, e que é isso que vai fazer. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 27, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Ana Piris de Oliveira), 14 votos contra (PS: 13, BE) e 3 abstenções (CDS-PP, CDU, PS: 1 – Ricardo Santos), aprovar as Opções do Plano e a proposta do Orçamento Municipal para 2016 – dossier cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*Reentrou o membro Armando Teixeira.* -----

*Sairam os membros António Topa, Jorge Ferreira, António Valdemar Ribeiro e Manuel Pereira dos Santos.* -----

**7 – Contrato-Programa para 2016 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.**-----

**- Aprovação de minuta** -----





A *Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de outubro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que a posição do BE, quanto ao assunto em discussão, é de todos conhecida mas que, mesmo assim, não podia deixar de reiterar essa posição, ou seja, que defende que a empresa municipal Feira Viva não é necessária, que a Câmara Municipal poderia assumir, por completo, as funções da mesma.--- Disse que a Câmara Municipal dá a exploração à Feira Viva da grande parte dos seus equipamentos, permite-lhe ficar com o dinheiro das bilheteiras, da exploração dos cafés, esplanadas e outras, dá-lhe ainda um subsídio adicional, ressaltando que isso prova, ano após ano, a inutilidade da empresa municipal Feira Viva, comentando que a mesma é, do ponto de vista de sustentabilidade financeira, uma espécie de parasita porque não tem mais receita nenhuma que não seja aquela que a Câmara lhe dá, direta ou indiretamente.-----

Salientou que, para além disso, existe no contrato-programa para 2016 a novidade de a Feira Viva gerir o Europarque, podendo fazer a exploração dos seus espaços e cobrar pela utilização dos mesmos quando forem utilizados por terceiros. -----

Salientou que, segundo disse o Sr. Presidente da Câmara, existe um plano estratégico que, um dia, chegará a esta Assembleia Municipal para ser apreciado mas que, na verdade, já há alguém a gerir aquele espaço. Sublinhou que, na sua opinião, teria sido bom a Assembleia Municipal ter discutido, em primeiro lugar, o plano estratégico para o Europarque, designadamente discutir qual o destino a dar àquele espaço, em vez de lhe atribuir já um gestor. -----

Concluindo a sua intervenção, disse ter ouvido que as piscinas municipais de Santa Maria da Feira davam prejuízo mas que, ao ver as transferências dos subsídios para os diversos equipamentos, não viu nenhuma transferência para aquelas piscinas. Nessa medida, questionou se é devido a esse prejuízo que essas piscinas municipais não podem ter uma tarifa



*[Handwritten signature and initials]*

social, perguntando ainda se tem sido usado, para essas piscinas, dinheiro de um subsídio atribuído para um outro equipamento qualquer.-----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referenciar que do contrato-programa em discussão consta um subsídio à exploração de cerca de 1,711 milhões de euros, ressaltando, a esse respeito, que tendo em conta os eventos realizados e os equipamentos geridos pela Feira Viva, os anos de experiência e o know-how adquirido pela mesma na organização dos eventos, entende que a trajetória dos subsídios à exploração deveria ser mais descendente, até porque foi retirado da esfera da Feira Viva a gestão do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua. Referiu que, por essas razões, entende o grupo municipal do PS que o montante do subsídio à exploração já deveria estar abaixo dos 1,5 milhões de euros. - Em relação à questão do Europarque disse ser obrigado a concordar com o que disse o Moisés Ferreira, questionando por que razão se há de nomear um gestor para o Europarque sem antes haver uma definição dos objetivos e do plano a implementar para aquele equipamento, comentando que a Câmara está a funcionar, neste aspeto, ao contrário.-----

Referiu, ainda, que apesar de haver quem diga que o Europarque é um elefante branco, a Feira Viva continua a pagar renda das instalações que tem e dos armazéns que tem, questionando se faz sentido estar-se a gastar dinheiro onde não é preciso.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino disse ser da opinião que adequando o funcionamento da Feira Viva à realidade, e com algumas outras correções, poder-se-iam obter resultados substancialmente melhores.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Marisela Maio* (PSD) que começou por dizer, em relação ao Europarque, que o melhor que a Câmara fez foi assumir aquele equipamento, ressaltando, em relação à gestão vir a ser feita pela empresa municipal Feira Viva, que o Sr. Presidente da Câmara já frisou ter total confiança naquela empresa municipal.-----

Referiu que a gestão do Europarque não vai ser fácil até por ser um equipamento que exige uma procura permanente de clientes, sublinhando que é preciso haver uma sensibilização, quer ao nível do Estado central quer ao nível das instituições, para que utilizem o Europarque e, dessa forma, causar impacto na economia, no emprego, na restauração e na hotelaria existente no Concelho. -----



Salientou que os resultados do Europarque não serão, nos próximos dois anos, positivos, nem se pode exigir que o sejam, frisando que a perspetiva é a de que aquele equipamento seja autossustentável em 2018. -----

Em relação à ideia de ser feito no Europarque o Parque da Cidade, de que falou o Sr. Presidente da Câmara, disse que, no entendimento do grupo municipal do PSD, essa é uma excelente ideia. -----

Ressaltou que é preciso dar vida ao Europarque, mencionando que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, da qual faz parte, já realizou, em 2015, três ações de formação no Europarque, apelando aos membros da Assembleia que façam parte de outras ordens, como a dos advogados ou dos médicos, que colaborem e incentivem para que o Europarque seja, cada vez mais, utilizado. Sublinhou que o papel dos políticos é liderar, é mostrar caminhos e procurar soluções, fazendo sobressair que com a união de todos é mais fácil alcançar os objetivos. -----

Disse, de seguida, que no passado dia 28 de setembro o Sr. Presidente da Câmara disse que a divulgação de todos os pormenores do Plano Estratégico para o Europarque seria entregue em janeiro do próximo ano, mas que hoje já informou esta Assembleia que o mesmo seria entregue no decorrer da próxima semana, fazendo sobressair que essa antecipação denota trabalho. -----

Concluindo a sua intervenção referiu que num jornal concelhio, na sua edição de 28 de setembro passado, saiu uma notícia a dar nota que o Município de Santa Maria da Feira se encontra no 10.º lugar do ranking dos municípios de grande dimensão com melhor eficiência financeira, frisando considerar importante destacar esse facto até porque não tinha visto ninguém fazê-lo. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, na discussão do contrato-programa a celebrar com a Feira Viva, queria dissociar duas questões. Referiu que, em primeiro lugar, destacava a vitalidade e a importância da Feira Viva, dizendo que o CDS-PP reconhece nela um conjunto de intervenções que são relevantes para o Concelho, desde logo pelo know-how criado em termos daquilo que é a cultura e os eventos culturais, bem como a gestão de equipamentos que são importantes para o Concelho e para a imagem deste, como as piscinas, os pavilhões desportivos, o parque ornitológico e outros. -----



*[Handwritten signature and initials]*

Salientou que a gestão preconizada pela Feira Viva é também relevante, obedecendo a uma estratégia definida pela Câmara, no início do mandato, com o objetivo de haver uma diminuição, de ano para ano, da necessidade de subsídio ou da participação financeira da própria Câmara. Frisou que essa diminuição tem acontecido e que se tem verificado que tem sido feito um esforço cada vez maior para que a empresa municipal seja cada vez mais independente, fazendo sobressair que, nessa matéria, o CDS-PP está satisfeito com a intervenção da Feira Viva. -----

Salientou, contudo, que no que respeita à questão da Feira Viva passar a fazer a gestão dos espaços do Complexo Europarque, como mencionado no contrato-programa, outras coisas já estão em causa. -----

Referiu que o CDS-PP concorda que o Europarque tem muitas potencialidades, desde logo a possibilidade da criação do Parque da Cidade naquele Complexo, lembrando que essa foi uma das propostas feitas pelo CDS-PP e que, portanto, aprazia-lhe registar que isso esteja a ser pensado, conforme dito pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Válder Amorim frisou que, como disse na discussão do ponto anterior, é entendimento do CDS-PP que a gestão do Europarque não se pode referir exclusivamente a eventos, que tem de haver uma maior ambição e concebido um plano estratégico, não vendo na Feira Viva capacitação e know-how suficiente para levar a bom porto a gestão daquele equipamento. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação à afirmação do membro Moisés Ferreira de que considera a Feira Viva inútil e como uma parasita, que discorda e que é da opinião que a Feira Viva presta um serviço relevante ao Município e que os seus trabalhadores não merecem esse tipo de qualificação, e que é contra a que se mande para o desemprego as 70 ou 80 pessoas que trabalham na Feira Viva, dado o serviço que prestam ao Município. -----

Sobre um eventual prejuízo da piscina municipal de Santa Maria da Feira, disse ter havido uma incorreção, informando que do conjunto de piscinas municipais do Concelho, a de Santa Maria da Feira é a única que apresenta um equilíbrio entre a receita e a despesa, ressaltando que tal equilíbrio acontece muito derivado às receitas obtidas com as atividades paralelas que tem, como as relacionadas com o ginásio. -----



Ainda no âmbito das piscinas municipais, e lembrando a moção discutida nesta sessão sobre a implementação de um tarifário social para as pessoas que precisam de praticar natação e que tenham prescrição médica, disse achar que esta é uma boa altura para que o governo passe a compartilhar essas despesas de saúde, não só em Santa Maria da Feira como em todo o País. - Em relação à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino sobre o montante do subsídio à exploração, informou que o objetivo é a diminuição desse montante mas que a tendência é para que haja um ligeiro aumento, até devido à taxa da inflação e dos aumentos salariais, ressaltando que é preciso manter o equilíbrio financeiro da Feira Viva.-----

Esclareceu que os rácios legais, quer das receitas próprias quer dos prejuízos, estão a ser cumpridos, que esse foi sempre o grande objetivo e que a retirada do festival Imaginarius da esfera da Feira Viva também foi a pensar nisso, ressaltando, todavia, que há atividades e equipamentos geridos pela empresa municipal que darão sempre prejuízo, e que não pode haver ilusões quanto a isso. Nesse âmbito, referiu que mesmo no caso da piscina municipal de Santa Maria da Feira, que apresenta no momento algum equilíbrio, poderá haver a necessidade de subsidiação caso se venha a decidir pela construção de uma outra piscina, como se está a pensar fazer. -----

Concluindo a sua intervenção disse que o rigor na gestão existe e que é da opinião que a empresa municipal Feira Viva deve ser mantida por ser necessária para o Concelho, não vendo nenhuma razão para a sua extinção, mandando-se os seus trabalhadores para o desemprego.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor (PSD), 1 voto contra (BE) e 19 abstenções (PS: 17, CDS-PP, CDU), aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2016 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, bem como autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2016, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 29 de outubro de 2015.-----

O membro *Válter Amorim* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----  
“O CDS-PP votou em abstenção esta proposta porque considera, efetivamente, que o



Europarque deve ter uma gestão própria e independente da Feira Viva, e não pode ser considerado apenas e tão-somente como mais uma estrutura.” -----

**8 – Aditamentos aos contratos interadministrativos de delegação de competências e acordos de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia -----**

**- Aprovação de minutas -----**

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 2 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) que começou por questionar à Câmara se, nos aditamentos em questão, estão incluídos, ou não, os monopostos publicitários. -----

Disse estar em causa um contrato que, pelo que sabe o grupo municipal do PS, para além de não ter sido negociado com os presidentes das juntas de freguesia, pretende ainda cortar em 50% uma verba importante para o orçamento das juntas, nomeadamente o valor das taxas correspondentes à publicidade instalada, comentando que as juntas de freguesia têm cada vez mais competências e cada vez menos verbas disponíveis. -----

Concluindo, disse que o grupo municipal do PS considera que as juntas de freguesia deveriam receber a totalidade dessa verba, como se tem vindo a proceder, no sentido de minimizar as dificuldades que têm ao nível orçamental. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o BE sempre foi favorável a este tipo de delegações de competências nas juntas de freguesia por achar que o poder mais próximo do cidadão será, neste tipo de questões, muito mais eficaz, e desde que acompanhadas das verbas necessárias para cobrir as despesas que as juntas de freguesia têm com as novas competências. -----

Referiu que as juntas de freguesia vivem com um orçamento muito apertado e, portanto, não



podem ser feitas delegações de competências sobrecarregando o orçamento das mesmas.-----  
Disse que, estando em causa uma proposta para a transferência de mais competências, o BE gostava de saber qual foi a experiência do primeiro pacote de delegação de competências, designadamente saber o que as juntas de freguesia têm a dizer sobre essa matéria, nomeadamente se as verbas que acompanharam as delegações foram, ou não, suficientes.-----  
Concluindo, disse que só depois dessa avaliação é que o BE se podia pronunciar sobre o aditamento de novas delegações de competências, ressaltando que, pelo que se percebe, as juntas de freguesia ainda não se pronunciaram sobre essa matéria. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por informar, em relação à questão colocada sobre os monopostos publicitários, que tudo o que for legal e licenciável, nessa matéria, está incluído. -----

Disse que o aditamento em questão não é mais do que efetuar uma formalização, fazendo notar que as juntas de freguesia não vão ter qualquer acréscimo de trabalho porque esse será feito pelos técnicos da Câmara, ressaltando que essa é uma forma de as juntas receberem mais uma receita porque passam a receber 50% do valor das taxas correspondentes à publicidade instalada e pela ocupação do espaço público da freguesia, com exceção dos espaços concessionados, quando anteriormente não recebiam nenhum valor. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que referiu que, segundo as palavras do Sr. Presidente da Câmara, 50% do valor da publicidade que esteja instalada na área das freguesias é para o Município, e os outros 50% para as freguesias. Sobre isso realçou que, pela informação que dispõe o grupo municipal do PS, as freguesias estavam a receber, até ao momento, 100% desse valor, o que é diferente daquilo que disse o Sr. Presidente da Câmara. Sublinhou que, assim sendo, há um corte de 50% nas receitas que as freguesias estavam a receber, pelo que solicitava esse esclarecimento, ressaltando que os presidentes de junta presentes poderiam, caso o entendessem, pronunciar-se e ajudar a esclarecer a situação. -----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente Câmara* para esclarecer, em relação à última intervenção feita pela deputada municipal Margarida Gariso, que as juntas de freguesia não podiam cobrar essa receita porque não tinham competência para isso, ou seja, não tinham



*[Handwritten signature and initials]*

competência nem para licenciar nem para cobrar a receita. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (PSD: 24, PS: 2 – Ana Pires de Oliveira e Ricardo Santos) e 18 abstenções (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP), aprovar as minutas dos aditamentos aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 2 de novembro de 2015.-----

A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Era para justificar a nossa abstenção, do grupo municipal do Partido Socialista, nesta matéria. É porque discordamos que haja um corte de verbas de 50% para as Juntas de Freguesia resultante deste contrato interadministrativo que está a ser celebrado.”-----

**9 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande/Gestão e Manutenção de Equipamentos**-----

**- Aprovação de minuta**-----

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício** apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a **Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício** submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 24, PS: 17, CDS-PP) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar a minuta do aditamento ao contrato





interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de novembro de 2015. -----

*Saiu a deputada municipal Carla Pereira.* -----

**10 – Aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura** -----

**- Aprovação de minuta** -----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Amorim Duarte* (PS) que referiu que as obras em questão, a serem efetuadas na Escola Básica de Souto, apenas servem para remediar, frisando ser conveniente não esquecer as obras de fundo, ou seja, a requalificação da escola antiga e de todo o espaço envolvente. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, aprovar a minuta do aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de novembro de 2015. -----

*Reentrou a deputada municipal Carla Pereira.* -----

**11 – Contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Área**



**Metropolitana do Porto na área da mobilidade e serviço público de transporte de passageiros** -----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Manuel Almeida* (PS) que começou por referir que a delegação de competências em questão não é mais do que uma decorrência natural do facto de Santa Maria da Feira pertencer à Área Metropolitana do Porto, ressaltando fazer todo o sentido que se insira neste projeto mais alargado de gestão em rede dos transportes porque só assim se conseguem efeitos de escala, como a redução de custos e, eventualmente, melhor qualidade do serviço. -----

Referiu, contudo, que vê nesta delegação alguns motivos de preocupação, dizendo que pela discussão desta matéria na reunião de Câmara se percebe que não há qualquer ideia do Executivo Permanente da Câmara relativamente àquilo que pretende para o Município, dando-lhe a entender que a Câmara vai aderir cegamente, sem ter propriamente definido quais os seus objetivos em termos de rede de transportes. -----

Disse que isso não é nada de novo porque aquilo que se vem assistindo ao longo dos anos é que, para além dos transportes assegurados pelas transportadoras privadas, existe um único ensaio na área do Município, nomeadamente o transporte regular de passageiros na cidade de Santa Maria da Feira, designado por Transfeira. Salientou que o Transfeira, para além dos prejuízos que vai dando ao longo dos anos, era para ser uma experiência piloto mas que nunca passou de uma caminhada e exploração que nada tem trazido ao Concelho, dizendo considerar que esse serviço é uma invisibilidade porque a maior parte das pessoas do Concelho nem sequer conhecem o Transfeira. -----

Fez sobressair que o Transfeira é um bom exemplo de que a Câmara não tem objetivos definidos, pelo que considera muito perigoso que se adira a este tipo de gestão de rede sem ter



uma ideia definida para os transportes. -----

Referiu que um outro aspeto prende-se com a falta de posição muito clara do Município relativamente à rede ferroviária, nomeadamente em relação ao que pretende para a Linha do Vouga. Disse que apesar da Linha do Vouga ter vindo a perder interesse ao longo dos anos, com as reformas havidas nas áreas da saúde e da justiça poderá ganhar uma nova expressão, ressaltando que Santa Maria da Feira tem um hospital há muitos anos, que ganhou muitas valências hospitalares mas que, no entanto, aos poucos começa-se a sentir que os feirenses terão que se deslocar a São João da Madeira para fazerem pequenas cirurgias e, eventualmente, para tratamentos ao nível dos cuidados paliativos continuados. -----

Referiu que apesar da reforma do mapa judiciário parecer ter sido, para Santa Maria da Feira, um ganho de causa, entende que também aí não há uma estratégia, não há objetivos definidos pelo Município. Realçou que o próprio eixo das cortiças, que seria um eixo rodoviário muito importante para agilizar o transporte entre o norte e o centro do Concelho, ligando várias freguesias e permitindo fazer, também, a ligação com outros concelhos, foi interrompido de uma forma mal explicada, comentando que a falta de dinheiro não explica tudo. -----

Concluindo a sua intervenção referiu que, apesar do grupo municipal do PS ser favorável à assinatura do presente contrato com a Área Metropolitana do Porto, gostaria que a Câmara tivesse posições muito claras sobre as questões de que falou, por forma a não ser um parente pobre no seio daquela Área Metropolitana, no que ao transporte de passageiros diz respeito. ---

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer que só muito recentemente a Câmara Municipal passou a ter competências em matéria de transportes, através de uma transferência de competências, e que, portanto, somente agora os municípios têm uma palavra a dizer a esse respeito, comentando que nem sequer a Área Metropolitana do Porto tinha competências nessa matéria. Informou que o que havia era uma Autoridade Metropolitana de Transportes que era supramunicipal, que foi extinta, passando os respetivos funcionários e quadros para a Área Metropolitana do Porto. -----

Sublinhou que o Município de Santa Maria da Feira faz parte integrante da Área Metropolitana do Porto, que o próprio contrato administrativo relativo à adesão salvaguarda a participação do Município ao nível do planeamento dos transportes ao nível da Área Metropolitana, lembrando que ele próprio faz parte do Conselho Metropolitano do Porto e que

---



o Sr. vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, participa em todas as reuniões realizadas no âmbito da matéria do planeamento dos transportes.-----

Em relação à Linha do Vouga, disse concordar que essa linha ferroviária é absolutamente fundamental para o território de Santa Maria da Feira, ressaltando que o problema está no financiamento para a requalificação dessa linha ferroviária. Disse que foi feito, há cerca de 3 anos, um estudo preliminar para a requalificação da Linha do Vouga, para permitir uma velocidade média de 80km/hora, o que levaria a que se conseguisse fazer a ligação entre Oliveira de Azeméis e Porto em 1 hora. Informou que esse estudo dizia que eram precisos 68 milhões de euros para fazer essa requalificação, e que esse estudo está, atualmente, nas mãos do governo, aguardando-se pelo desenrolar da situação.-----

Disse ser da opinião que a ligação da Linha do Vouga à Linha do Norte, com uma velocidade média de 80Km/hora, seria fundamental para a região mas que, contudo, receia que não existam verbas nos próximos tempos para esse efeito até porque a opção do País, ao longo dos últimos anos, tem sido o meio rodoviário.-----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara frisou que o Município de Santa Maria da Feira vai manter a reivindicação e vai continuar a fazer pressão para que a requalificação da Linha do Vouga seja concretizada.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 24, PS: 17, CDS-PP) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a Câmara Municipal a celebrar o contrato interadministrativo de delegação de competências com a Área Metropolitana do Porto na área da mobilidade e serviço público de transporte de passageiros – documento (minuta do contrato) cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*Saíram os membros Rui Alves Rios e Luis André Santos.*-----

## **12 – Dissolução e liquidação da sociedade FEIRAPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em



seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 2 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que em discussão estava a extinção de uma empresa participada pela Câmara e que tinha como principal objetivo gerir uma incubadora de empresas, recordando que uma incubadora é um local onde se instalam empresas que não tendo, por si, condições para iniciarem a sua atividade, recebem ali apoio para esse efeito. -----

Referiu que ou o Município de Santa Maria da Feira está muito à frente ou, então, está a ficar muito para trás, destacando que as câmaras mais inovadoras do País e que estão na dianteira na criação de empresas e na criação de riqueza têm estas incubadoras como um dos seus principais projetos, dando os exemplos das câmaras municipais de Lisboa, com a Startup Lisboa, de Cascais, com a DNA Cascais, e de Almada, com a Madan Parque. Disse ter escolhido estes três exemplos porque são câmaras geridas por partidos diferentes, a de Lisboa pelo PS, a de Cascais pelo PSD e a de Almada por um executivo do PCP, destacando que a existência de uma incubadora de empresas é boa em todo o lado, independentemente da cor política e que, portanto, ficou surpreendido pela negativa ao saber que, em Santa Maria da Feira, a FeiraPark seria extinta. -----

Questionou por que razão há de o Município de Santa Maria da Feira desistir de participar diretamente numa incubadora de empresas, abdicando de uma das principais ferramentas no apoio à criação de novas empresas, no apoio aos jovens que querem criar empresas, quando as cidades mais modernas e progressistas do País estão a apostar nesses projetos, sem falar de cidades internacionais, como São Francisco, nos Estados Unidos, que têm a característica de apostar nas incubadoras para permitir que grandes empresas surjam. -----

Disse que o grande problema foi que a Câmara Municipal entrou para a sociedade FeiraPark sem um objetivo, sem uma estratégia e sem participar na gestão da mesma, ressaltando que o problema foi que a Câmara deixou andar e, depois, quem geria a sociedade tinha, se calhar,



pouco interesse na gestão da incubadora e estaria, eventualmente, mais interessada na gestão de um parque empresarial que, pelo que parece, vai surgir naquela zona, para explorá-lo na forma imobiliária. Salientou que, para o Município, a questão imobiliária é secundária, fazendo sobressair que o bom seria continuar a haver um local onde as empresas pudessem nascer, crescer e, depois sim, se instalarem nesse dito parque empresarial.-----

O membro Sérgio Cirino, concluindo a sua intervenção, disse entender que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira está a cometer um grande erro ao acordar a extinção da sociedade FeiraPark, independentemente dos prejuízos sucessivos da mesma, ressaltando que esses prejuízos se ficaram a dever, na sua opinião, à falta de estratégia e à falta de participação da Câmara na gestão da FeiraPark.-----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, tendo em consideração que a Câmara Municipal tem por objetivo fomentar o empreendedorismo, é estranho que não haja uma estratégia diferente que preconize o apoio a este tipo de soluções que, efetivamente, podem municiar alavancas relevantes para pequenos empresários que tenham uma visão empreendedora, daquilo que é criar uma empresa, lançá-la no mercado, suportá-la e sustentá-la.-----

Disse que, estando a Câmara Municipal obrigada, por disposição legal, a deixar de participar na FeiraPark, devido ao prejuízo sistemático que a mesma dava, resultando na dissolução e liquidação da sociedade, a questão que se coloca é o porquê desse prejuízo sistemático.-----

Concluindo, referiu que a FeiraPark era uma alavanca extremamente relevante de apoio às pequenas e médias empresas, de apoio ao empreendedorismo, questionando se é seguro acreditar que as pequenas e médias empresas e os empreendedores do Concelho vão continuar a ter algum tipo de suporte na estrutura que vai ser mantida e explorada pela PortusPark.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer que o Edifício FeiraPark vai continuar em atividade, incluindo a incubadora de empresas, passando a ser gerido pela sociedade PortusPark, acrescentando que a poucos metros de distância existe o Edifício IDIT, que também é uma incubadora de empresas, e que existem outros espaços no Concelho que podem ser usados para incubadoras de empresas.-----

Frisou que a ideia das incubadoras foi muito falada nos últimos 10 anos mas que, na maior



*[Handwritten signature and initials]*

parte dos casos, não resultou, destacando que a taxa de mortalidade das empresas que nasceram nas incubadoras é brutal.-----

Disse que a maioria dos jovens que se balançam na criação de uma empresa têm, muitas vezes, pouca experiência empresarial e pouca maturidade e, por isso, criam as suas empresas dentro do próprio campus universitário, como acontece no Porto e em Lisboa, ressaltando que essas empresas teriam muita dificuldade em funcionar caso saíssem desse espaço de incubação universitário.-----

Fez notar que Santa Maria da Feira não é São Francisco, mas sim uma cidade com 18 ou 19 mil habitantes, pertencente a um município com uma área de cerca de 215 quilómetros quadrados e com cerca de 140 mil habitantes, sublinhando que é preciso ter a verdadeira noção das diferenças.-----

Reafirmou que a atividade de incubação vai continuar no Edifício FeiraPark, ressaltando que a Câmara está a fazer todos os esforços para captar, para aquele edifício, ocupantes de setores de atividade de muito interesse, até para o Europarque. Disse que as questões estão todas associadas, informando que se está a tentar criar, na envolvente ao Europarque, um cluster de Saúde, fazendo notar que já existe naquela zona uma clínica oncológica e que foi feita a escritura de um terreno na envolvente para a instalação de uma empresa que vai fazer próteses ósseas por medida, acrescentando ser possível que no próprio Edifício FeiraPark se venha a instalar alguma atividade na área da saúde, mas que ainda não há garantias disso.-----

Sublinhou que, portanto, o Edifício FeiraPark vai continuar a ter a função que tinha mas que a Câmara vai deixar de estar presente na gestão do mesmo porque teria de entrar com dinheiro para pagar as diversas despesas envolvidas, como as da água, da luz, dos salários, das rendas, entre outras.-----

Referiu que o grande objetivo, para além da incubação, é ter empresas saudáveis que empreguem pessoas, ressaltando que dentro de poucos meses serão instaladas algumas empresas naquela zona, dando nota que já estão vendidos 4 lotes para instalação de empresas e que algumas estão com muita urgência na construção, reafirmando que o grande objetivo é a dinamização da atividade empresarial, e que essa está e vai ser conseguida.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Válder Amorim a respeito do porquê dos prejuízos sistemáticos da FeiraPark, realçou que o edifício em causa tem uma dimensão bastante significativa e que para haver rentabilidade teria de ter uma ocupação das salas de incubação



bastante maior à que tinha, frisando que a taxa de ocupação dessas salas não terá ultrapassado os 25%. Referiu que, com a crise verificada desde 2008 ou 2009, começaram a aparecer muitos espaços disponíveis e baratos, levando a que muitas pessoas tivessem optado por alugar o seu próprio escritório.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu que, para além dessa questão da pouca ocupação do edifício, havia, como já referido, a questão do pagamento dos salários, das despesas com a luz, com a água, com o aquecimento, com a limpeza e outras que tais, que contribuíram para os prejuízos verificados.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor (PSD), 15 votos contra (PS) e 4 abstenções (CDU, BE, CDS-PP, PS: 1 – Valdemar Silva), aprovar a dissolução e liquidação da sociedade FEIRAPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 2 de novembro de 2015.-----

*Saiu o membro Daniel Gomes.*-----

**13 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no lugar de Padrão, em São Miguel de Souto**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 24 de agosto de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –,





estando presentes 41 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 713,30 m<sup>2</sup>, sita no lugar de Padrão, freguesia de São Miguel de Souto – identificada em plantas que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

*Saiu o membro Ricardo Leite Oliveira.*-----

**14 – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da proposta enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, procede à primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, que cria os Conselhos Municipais de Segurança, integrando a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária no âmbito dos seus objetivos e competências. Face as referidas alterações, impõe-se uma revisão do atual Regulamento Municipal do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, publicado no apêndice n.º 24 - II série - n.º 34, em 10 de fevereiro de 2003, no edital n.º 153/2003.-----

Assim, serve a presente para propor, de acordo com o deliberado no Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, em reunião de 12 de novembro de 2015, o envio da revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, para a discussão e aprovação na próxima reunião de Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia 27 de novembro de 2015.-----

Após aprovação em Assembleia Municipal do Regulamento Municipal de Segurança (Revisto), será endereçada uma informação às entidades e/ou organizações que agora integram o Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, nomeadamente,



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

entidade que intervenha no âmbito da violência doméstica – Espaço Trevo, e os responsáveis, da área do município, por organizações no âmbito da segurança rodoviária – Escola Rodoviária, para que indiquem o nome do seu representante, por forma a que os mesmos, tomem posse como conselheiros em Assembleia Municipal a realizar logo no início do ano de 2016.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dar nota que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente a alteração até porque a mesma traduz o cumprimento de uma formalidade legal, recordando que a lei que criou os Conselhos Municipais de Segurança é de 1998 e que o regulamento respeitante ao Conselho Municipal de Segurança (CMS) de Santa Maria da Feira está em vigor desde 2003, portanto, há mais de 12 anos. -----

Disse que queria aproveitar a oportunidade para refletir sobre aquilo que são as competências desse Conselho, dado serem muito importantes, como seja intervir na área do Município nas questões da garantia de inserção social, da segurança e tranquilidade da população. -----

Referiu que, de acordo com o regulamento em vigor desde 2003, um dos objetivos do Conselho é contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação da segurança na área do município, e que tem como competências dar pareceres sobre a evolução dos níveis de criminalidade na área do município; sobre os resultados da atividade municipal de proteção civil e combate a incêndios; sobre as condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar; sobre a situação socioeconómica municipal; sobre o levantamento das situações que, pela sua vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção. -----

A respeito desses pareceres salientou que a lei obriga, e está inscrito no regulamento, que sejam emitidos pelo Conselho com a periodicidade semestral e remetidos para apreciação à Assembleia Municipal e Câmara Municipal, mas que, decorrido meio mandato, nenhum parecer foi presente à Assembleia Municipal, destacando que nos mandatos anteriores esses pareceres também não foram presentes à Câmara Municipal para apreciação, dizendo que foi vereadora durante um mandato e nenhum parecer foi apreciado nesse período, apesar do Conselho Municipal de Segurança já existir. -----



*Handwritten signature and initials*

Disse não querer um papel por mero cumprimento de uma formalidade legal, mas sim o conteúdo porque esse traduz a fotografia da realidade do Município, ressaltando que só com informações dessa natureza é que se poderá intervir e tomar decisões sobre matérias tão importantes como a delinquência juvenil, a toxicodependência, o abandono dos idosos, entre outras. -----

Recordou que na última sessão da Assembleia Municipal foi apresentada uma recomendação a propósito da política de prevenção e combate a incêndios, onde se pedia que se passasse a dar efetividade a essa política, mas que tal recomendação foi reprovada, comentando que a Assembleia Municipal tem vindo a reprovar, sistematicamente, recomendações que tratam de assuntos muito importantes. -----

Referiu que existe uma Comissão Municipal de Segurança que é um zero de ideias e cujo Presidente é o próprio Presidente da Câmara, questionando onde está o novo ciclo que foi anunciado, onde está o cumprimento de uma matéria que é tão importante para o Município. --

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Margarida Gariso disse estar na hora de mudar, estar na hora de o Sr. Presidente da Câmara dar efetividade àquilo que consta do regulamento do CMS, não só porque é uma obrigação legal mas porque é do interesse da população porque, em primeiro lugar, estão as pessoas e tal informação é relevante para se conhecer, integralmente, a realidade do Concelho e intervir sobre ela. -----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, **Vitor Marques**, que começou por dizer que aquilo que a deputada municipal Margarida Gariso disse corresponde à verdade, mas que a mesma se havia esquecido de referir que os pareceres não foram enviados à Assembleia Municipal uma vez que integram a composição do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira uma série de entidades, como a PSP e a GNR, que, em sede do Conselho, levam a discussão questões como a da criminalidade, e que por isso não é necessário haver tais pareceres. -----

Destacou ainda que os partidos políticos com assento nesta Assembleia Municipal também estão representados no Conselho Municipal de Segurança, ressaltando que esses, se assim o entenderem, podem igualmente apresentar pareceres que podem ser aprovados pelos membros do Conselho, e que esses pareceres é que têm de ser remetidos à Assembleia Municipal e à



Câmara Municipal para apreciação. -----  
Concluindo, disse que se a deputada municipal Margarida Gariso quisesse perceber melhor essa situação, bastaria ler os artigos 14.º a 16.º do regulamento do CMS em vigor. -----  
-----

Interveio novamente a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que disse que o que está escrito é muito claro, e que está escrito que devem ser emitidos pareceres semestrais e remetidos à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal para apreciação. -----  
Salientou que a Câmara Municipal, cujo responsável máximo é o Sr. Presidente da Câmara, uma vez mais, para além de não estar a cumprir a lei, está a desrespeitar os princípios que estão nela enunciados e que visam proteger a população. -----  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que sublinhou que, conforme dito pelo Sr. Vereador Vítor Marques, todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal estão representados na Comissão Municipal de Segurança, pelo que têm conhecimento de tudo o que é discutido em sede do Conselho, como as matérias que envolvem as forças de segurança, as matérias da área da saúde, da área social e outras, daí que esses representantes poderão transmitir às respetivas estruturas partidárias tudo aquilo que se passa naquele Conselho. -----  
-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 40 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, aprovando, por conseguinte, a versão final do referido Regulamento – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----

**15 – Procedimento de aquisição de prestação de “Serviços integrados de produção documental – Impressão e envelopagem de faturas” -----**

**- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais -----**

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos



esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 40 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2016 – 7.175,00 €; -----

. Ano 2017 – 7.175,00 €; -----

. Ano 2018 – 6.577,08 €. -----

**16 – Procedimento de aquisição de prestação de serviços “Cobrança postal presencial de rendas da habitação social, tarifas de saneamento e resíduos sólidos, e refeições escolares” -----**

**- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais -----**

A *Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de novembro de 2015 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia em exercício submeteu o assunto a votação. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 40 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:-----

. Ano 2016 – 24.600,00 €; -----

. Ano 2017 – 24.600,00 €; -----

. Ano 2018 – 22.550,01 €. -----

Reentrou o membro *Ricardo Leite Oliveira*. -----

**17 – Zonas Industriais (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)** -----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Lia Ferreira, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.547, em 29 de outubro de 2015, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Lia Ferreira para fazer a apresentação dessa recomendação. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Num Concelho que pretende afirmar-se e ser competitivo no que diz respeito à Política e Gestão Empresarial a nível Nacional e Internacional, Santa Maria da Feira deixa bastante a desejar. -----

Ainda não colocamos a “casa em ordem” e já é grande aposta e prioridade deste executivo a promoção de: -----

- “Missões empresariais ao estrangeiro, estabelecendo parcerias e contactos de modo a -----



facilitar e agilizar a entrada das empresas feirenses nesses mercados e incrementar as suas exportações.” -----

O Partido Socialista apoia e incentiva estas medidas, mas quando acompanhadas pela implementação de um conjunto de medidas completas, estratégicas e assertivas. Facto que não tem sido prática no nosso Concelho. -----

Santa Maria da Feira tinha um Parque Empresarial da Cortiça (PEC) de Lamas/Lourosa que depois de todo o investimento e respetivo loteamento, foi abandonado. Sendo a cortiça o produto principal elemento que nos distingue no Mundo Empresarial, não se entende esse abandono.-----

Dos dois Parques Empresariais restou o Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais (PERM), cujos resultados aguardamos com expectativa em face dos seus objetivos. -----

Existem, ainda algumas Zonas Industriais (ZI), nomeadamente: Feira; Cavaco; Roligo/Espargo; Arrifana; Rio Meão/Paços de Brandão; Casalinho/Lourosa; Fagilde-Canedo/Vila Maior; Soutelo/Fiães; Fundão-Mozelos; Romariz/Pigeiros.-----

Uma simples visita de passagem a estas ZI rapidamente nos atira para uma realidade de negligência e desolação.-----

O sentimento de abandono começa pela dificuldade de identificação e localização. Não existem sequer vestígios de sinalética orientadora e de identificação. Se existiu, pode dizer-se que o crime de desaparecimento foi perfeito: nada de restos mortais da mesma. -----

Quem pretende chegar a uma ZI em concreto e não é residente no Concelho, tem sérias dificuldades em chegar ao destino desejado.-----

Fazia parte do Programa Eleitoral do PSD um conjunto de medidas que pretendiam: -----

1. “Reforçar Zonas Empresariais ou Industriais e melhorar acessibilidades para captar novas empresas e criar novos postos de trabalho;-----

2. Desenvolvimento estratégico de novas áreas de atividade.”-----

Para este atingir estes objetivos dizia, o mesmo programa que iria:-----

- “Requalificar e ampliar áreas destinadas a zonas industriais.-----

- Concluir o PERM – Parque Empresarial da Recuperação de Materiais – um dos maiores parques empresariais do sector em construção em Portugal. -----

- Dinamizar o FeiraPark, para fomentar o empreendedorismo e atrair novas empresas.”-----

Pelos vistos, algo se perdeu pelo caminho, porque o FeiraPark acaba de ser dissolvido e das



*[Handwritten signature and initials]*

restantes medidas nem sinal. -----

A verdade é que até à data de todas as medidas prometidas, únicas realmente cumpridas foram as das viagens e da criação da plataforma. -----

A requalificação deve vir a caminho, certamente apanhou o metro e realmente assim se entende a demora. -----

Infelizmente, até à presente data nem sequer ficou definida a responsabilidade de quem fica com a incumbência da manutenção do espaço. Continua a ser tão urgente, como era há mais de dois anos atrás, a definição sobre quem tem a responsabilidade de zelar pela manutenção e limpeza dos espaços públicos das ZI (passeios e ruas) para que os mesmos sejam um espaço limpo, asseado e atrativo. -----

Como se pode pedir e esperar que os empresários do nosso Concelho que invistam e a ambicionem de crescer nacional e internacionalmente em zonas industriais como as nossas: desorganizadas, de difícil acesso, mal sinalizadas e sem qualquer cuidado urbanístico? -----

A imagem de estabilidade e de zelo são o cartão de visita que realmente falta às ZI de Santa Maria da Feira. Sem isso, estão condenadas ao insucesso e abandono sucessivo. -----

A Assembleia Municipal, reunida em 27 de novembro de 2015, recomenda à Câmara Municipal:-----

1. O Gabinete de Desenvolvimento Económico Empresarial deve dedicar-se de forma mais assertiva e eficaz no que diz respeito: ao desenvolvimento, planeamento e projeção económico, zelo urbano, fiscalização do espaço e acompanhamento e apoio a candidaturas de financiamento Norte 2020, POPH, QREN, entre outras necessidades para o sucesso e progressão das empresas Concelhias; -----

2. Efetuar o mapeamento Georreferenciado das ZI, com identificação de lotes em uso e lotes disponíveis para venda; -----

3. Criação e fixação de sinalética orientadora e identificadora das ZI; -----

4. Criação de um Regulamento Municipal dedicado às ZI com a definição de responsáveis e responsabilidade pela manutenção e limpeza dos espaços públicos das ZI;-----

5. Criação de um Plano Estratégico para as ZI que garanta a melhoria das condições urbanas envolventes, ou seja a requalificação capaz de atrair novos investidores, bem como a melhoria das condições de acessibilidade viária às ZI; -----

6. Melhoramento da reposta de redes de transportes coletivos nas ZI, quer para os





trabalhadores como para clientes.” -----  
A deputada municipal Lia Ferreira, durante a sua intervenção, mostrou, através de dispositivo eletrónico, algumas fotografias que disse serem exemplificativas da matéria que estava a apresentar, designadamente do estado em que se encontram algumas das zonas industriais do Concelho.-----

-----  
Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por dizer que, eventualmente, a maior parte dos presentes não tinha conhecimento da situação que a deputada municipal Lia Ferreira expôs, complementando com a exibição de fotografias, comentando que o que foi exibido será uma pequena amostra do que se passa nas zonas industriais do Concelho. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara constantemente elogia a qualidade dos empresários do Concelho, comentando, sobre isso, ficar contente por existirem grandes empresas no Concelho bem como grandes operários a trabalhar nas mesmas, e que, nesse sentido, questionava o porquê de a Câmara não cumprir as suas obrigações, deixando a que as zonas industriais estejam da forma que se viu nas fotografias, quando, por outro lado, os empresários cumprem as suas obrigações. -----

A esse propósito disse ter lido uma notícia, do dia 28 de setembro, em que alguém fazia o convite ao Sr. Presidente de Câmara e aos Srs. vereadores para que fossem visitar a Zona Industrial do Roligo, em Espargo, comentando que quando leu a notícia não acreditava no que lá se dizia mas que, tendo ido ao local, pôde comprovar essa realidade. Referiu que, para além dessa zona industrial, foi visitar outras no Concelho e que se deparou com um autêntico disparate, convidando aqueles que não acreditavam nas suas palavras a irem visitar as zonas industriais para comprovarem, com os seus próprios olhos, essa realidade. -----

Questionou se é esse o cartão de visita que o Sr. Presidente da Câmara tem para mostrar às pessoas importantes que visitam o Concelho, comentando que Santa Maria da Feira tem bons industriais, tem bons equipamentos, alguns até de luxo, mas que as zonas industriais encontram-se em mau estado, não batendo a cara com a careta.-----

Disse que na parte poente da Zona Industrial de Fiães está a ser criada uma pequena lixeira numa rua que dá ligação à Quinta do Areeiro, impedindo a passagem nessa rua, questionando o porquê dessa situação a poucos metros daquela bonita zona industrial.-----

Referiu que tal como ele próprio, sendo proprietário de alguns terrenos, é obrigado pela

---



Câmara a proceder à limpeza dos mesmos, da mesma maneira a Câmara deve efetuar a limpeza dos terrenos de sua propriedade. Comentou que se esses terrenos, dentro das zonas industriais e que são autênticos matagais, são de propriedade privada, então que a Câmara tem de obrigar esses proprietários a efetuarem a limpeza no mais curto espaço de tempo, sublinhando que é preciso manter as zonas industriais asseadas para o bem das empresas nelas estabelecidas e para o bem das pessoas que por elas passam. -----

Concluindo, alertou para a falta de sinalética indicativa da localização das zonas industriais, comentando que quem não conhece tem de andar a perguntar como chegar às mesmas, acrescentando que também seria benéfico haver, em cada zona industrial, um placard informativo das empresas nela instaladas. -----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação pela razão de que parte daquilo que está a ser criticado já está a ser corrigido, salientando que quase todas as semanas passa pela Zona Industrial do Roligo e constata que a requalificação daquela zona industrial já começou a ser executada. -----

Frisou não ser possível requalificar todas as zonas industriais ao mesmo tempo, da mesma forma que não é possível requalificar toda a rede viária concelhia num só ano, ressaltando que concorda que a imagem que está a ser transmitida a quem visita o Concelho não é boa. Disse já ter demonstrado essa sua preocupação em conversas que teve com o Sr. Presidente da Câmara e com o Sr. vereador responsável, fazendo notar que o Sr. Presidente da Câmara está consciente do problema e que o mesmo já disse que, no presente mandato, a grande maioria das zonas industriais serão requalificadas, mudando a imagem que as mesmas estão a transmitir. -----

Fez sobressair que as coisas vão ser feitas porque a Câmara tem planeado fazê-las e não porque o PS pede o agendamento de determinado assunto quando sabe que algo vai ser feito a respeito, como que querendo chamar para si a razão dessa execução. -----

Concluindo, reafirmou que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação porque não vai atrás do aproveitamento político que o PS quer fazer para, amanhã, vir dizer que foi por ter agendado o assunto que a Câmara começou a resolver o problema, quando a Câmara já o planeava fazer. -----



*[Handwritten signature and initials]*

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que muito do que consta da recomendação apresentada pela deputada municipal Lia Ferreira está plasmado na plataforma Bizfeira, comentando que qualquer pessoa que consulte regularmente essa plataforma pode comprovar isso. -----

Referiu que a Câmara vai intervir em algumas zonas industriais, aludindo ao exemplo da Zona Industrial do Roligo para dar nota que as árvores já foram cortadas, que essa era uma parte da intervenção, informando ainda que existe uma parceria com a respetiva Junta de Freguesia para se requalificar os passeios daquela zona industrial, frisando que esse trabalho, embora com alguma lentidão, está a ser feito. Disse que, no passado, foram cometidos alguns erros nas zonas industriais, como plantar espécies de árvores que não eram as ideais e cujas raízes estragaram os passeios, comentando que essas situações aconteceram mas que não há nada que não se resolva. -----

Destacou que quem quiser dar uma melhor imagem do Município pode visitar o melhor e mais recente parque empresarial existente na área do Concelho, o PERM, e tirar fotografias do que lá existe, salientando que desafia qualquer um a fazer um parque empresarial com melhores condições e mais bonito do que o PERM, ressaltando que, naturalmente, as zonas industriais de nova geração nada têm a ver com as antigas zonas industriais. -----

Referiu que fazer uma grande crítica às indústrias do Concelho é um erro, é não conhecer a génese dos industriais e das indústrias existentes no território, destacando que Santa Maria da Feira desenvolveu-se a partir de pessoas empreendedoras, que deitaram mãos à vida e construíram empresas, muitas vezes junto às suas casas, dizendo ser evidente que houve coisas menos boas mas que foi assim que o Concelho cresceu. -----

Frisou que, apesar de todos os defeitos que o território tem, Santa Maria da Feira tem mais de 14.000 empresas e é o 10.º concelho mais exportador do País, recebendo com muita frequência investidores internacionais que ficam encantados com o mesmo, sublinhando que vangloria muitas vezes a qualidade dos feirenses e dos trabalhadores feirenses, a qualidade do sistema educativo, do sistema de justiça, dos serviços hospitalares e de outros serviços públicos, bem como as belíssimas infraestruturas existentes no território, destacando ser essa a marca que transmite de Santa Maria da Feira. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse haver no Concelho algumas realidades que, não sendo as melhores, vão sendo corrigidas conforme as prioridades

---



estabelecidas pela Câmara, como é o caso da reabilitação da rede viária.-----

-----  
Interveio novamente a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse ter ficado contente ao ouvir o Sr. Presidente da Câmara e o membro José Leão porque ficou a saber que, afinal, estão no mesmo barco e também querem o melhor para o Concelho, comentando que, se realmente é assim, quem não deve não teme.-----

Frisou que o Partido Socialista não está a fazer aproveitamento político com este assunto mas sim a querer ajudar a construir, a lançar bases, mas que essas bases são sempre negadas pelo PSD, dizendo não perceber o porquê de o PSD votar contra a recomendação se diz que quer o melhor para o Concelho e que algumas das coisas que constam da recomendação até estão na plataforma Bizfeira. Referiu não ver lógica nessa posição assumida pelo PSD, questionando se a mesma traduz união e interesse no Concelho ou se é, pura e simplesmente, negar uma recomendação que, afinal, até faz sentido, porque nela se pretende fazer deste Concelho um concelho melhor, mais desenvolvido, com zonas industriais mais atrativas.-----

Disse que o grupo municipal do PS não se estava a guiar pela metade, que não se estava a guiar somente pelas realidade antigas e que não andava estrategicamente à procura de assuntos para tirar proveito dos mesmos, ressaltando não ser essa a postura do PS.-----

Referiu que o grupo municipal do PS entendeu fazer uma visita pelas zonas industriais do Concelho e encontrou o cenário que mostrou, sendo certo que queria ter encontrado outro, pelo que entendeu apresentar uma recomendação à Assembleia Municipal no intuito de melhorar esse cenário.-----

Concluindo a sua intervenção, solicitou à Câmara que aceite ferramentas, que crie ferramentas que deem bases sólidas para que se possa ter um futuro melhor, neste caso, para os empresários e para os feirenses que querem trabalhar nessas zonas industriais, apelando à união de todos na construção de um Concelho melhor.-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que esclareceu que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação porque na visita que a Lia Ferreira fez às zonas industriais encontrou também, com certeza, aspetos positivos, mas só veio para esta Assembleia Municipal apresentar as coisas negativas que viu.-----

Salientou que, para além disso, a Lia Ferreira já sabia, até porque consta do Plano que a



mesma certamente leu, que grande parte das medidas que expôs já estão contempladas.-----  
Concluindo, referiu que os membros do grupo municipal do PSD não são anjinhos, apelando  
ao grupo municipal do PS para que não venha para a Assembleia Municipal fazer  
aproveitamento político sobre determinados assuntos. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal  
deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 15, CDS-PP, BE, CDU) e  
23 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação apresentada pela deputada municipal Lia  
Ferreira – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por  
transcrito.-----

#### **18 – Comissão Municipal de Proteção Civil-----**

##### **- Nomeação de representante das Juntas de Freguesia-----**

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe, a que se  
refere a proposta subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara enviada, oportunamente, a todos os  
membros desta Assembleia Municipal e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Serve a presente para propor que em reunião de Assembleia Municipal, seja realizada a  
nomeação do representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção  
Civil de Santa Maria da Feira, de acordo com o previsto no art.º 41.º, da Lei n.º 80/2015, de 3  
de agosto – segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da  
Proteção Civil.”-----

Foram presentes à Mesa duas listas, que ficaram assim definidas:-----

- Lista A (PSD): Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos – José Carlos Pinto da Silva.----
- Lista B (PS): Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires  
de Oliveira.-----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, as listas apresentadas, constatou-se o seguinte  
resultado:-----

Lista A: 23 votos;-----

Lista B: 16 votos;-----



Em branco: 2 votos.-----

Por conseguinte, foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos – José Carlos Pinto da Silva para representar todas as Juntas de Freguesia do Concelho na Comissão Municipal de Proteção Civil de Santa Maria da Feira. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

A *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição para intervir neste Período, designadamente do cidadão Alcino Ferreira dos Santos, residente na Rua da República, n.º 882, freguesia de Lobão, para falar a respeito do Horto Liliflor, situado ao lado da sua residência.-----

Em seguida, e tendo verificado que cidadão citado se encontrava presente, passou a palavra, nos termos do Regimento, ao Sr. Alcino Santos.-----

Usou da palavra o cidadão *Alcino Santos* que começou por aludir a uma queixa que apresentou na Câmara Municipal, em 2013, sobre o Horto Liliflor, situado ao lado da sua habitação. Saliu que deu conhecimento da situação, pessoalmente, ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia mas que, mesmo assim, o problema não foi resolvido, pelo que foi, por quatro vezes, a reuniões de Câmara para apresentar o seu problema e questionar o ponto de situação mas que, até ao momento, o problema não foi resolvido.-----

Disse existir uma rampa comum de acesso à sua casa e ao horto em questão e que, a certa altura, pretendeu fazer um muro a vedar a sua parte da rampa mas que o proprietário do horto interveio, dizendo que aquele espaço era dele, não deixando fazer a vedação.-----

Referiu que o horto está a funcionar sem ter licença para tal, que está contruído ilegalmente, inclusive num artigo rústico, salientando que o horto está aberto quase 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, e que o funcionamento do mesmo causa, a si e à sua família, muitos transtornos. Sublinhou que a sua família está a sofrer muito com essa situação e que este assunto já lhe criou uma série de problemas, comentando que um dia mais tarde, se calhar, vai ter de pedir satisfações a alguém por esses sofrimentos.-----

Concluindo a sua intervenção, questionou ao Sr. Presidente da Câmara o que pretende fazer em relação à situação, reafirmando que já passaram quase três anos desde que apresentou a



queixa mas que, até ao momento, o problema ainda não foi resolvido.-----

Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por dizer que lhe custa a acreditar que, decorridos onze anos desde o início do processo, a Câmara ainda não tenha resolvido o problema, ressaltando que já assistiu a quatro reuniões de Câmara em que o munícipe foi expor o problema mas que, mesmo assim, o problema persiste.-----

Disse já ter ido ao local ver o que se passa e que o problema nem será a questão da legalidade, ou falta dela, do pavilhão do horto, mas sim uma entrada que, parecendo comum, não o é, referindo que cada um tem a sua.-----

Referiu que o munícipe Alcino Santos quis vedar a parte da entrada que, na sua ótica, lhe pertence, o que impediria a passagem dos carros para acederem ao horto, levando a que o proprietário do horto, caso quisesse continuar a possibilitar a passagem dos carros, tivesse de proceder ao alargamento da sua passagem, comentando que tem terreno para isso.-----

Concluindo, apelou ao Sr. Presidente da Câmara para que ajude a resolver o problema ao munícipe Alcino Santos, dizendo considerar que isso seria de inteira justiça.-----

Em seguida, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,50 horas, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

**A Presidente em exercício,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário,**